

RÁIZES E RUMOS

ANO 1 - Nº 1

ORGÃO DE DIVULGAÇÃO DO DEPARTAMENTO DE EXTENSÃO DA UNI-RIO

1º SEMESTRE - 1994

LEI DO DIREITO AUTORAL
Todos os direitos reservados e protegidos
pela Lei 9.610/98
Este arquivo não pode ser reproduzido ou
transmitido sejam quais forem os meios
empregados: eletrônicos, mecânicos,
fotográficos ou quaisquer outros.



UNIRIO
Biblioteca

RAÍZES E RUMOS

Revista de Extensão é uma publicação semestral do Departamento de Extensão, órgão vinculado à Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão da Universidade do Rio de Janeiro - UNI-RIO.

Presidente da República: Itamar Franco

Ministro da Educação e Cultura: Murilo de Avellar Hingel

Reitor: Sergio Luiz Magarão

Vice-Reitor: Hans Jurgen Fernando Dohman

Pró-Reitora de Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão: Josete Luzia Leite

Diretora do Departamento de Extensão: Malvina Tania Tuttman Diegues

Conselho Editorial: Josete Luzia Leite / Malvina Tania Tuttman Diegues / Yara de Moraes Xavier / Tereza Sheiner

Coordenação Editorial: Malvina Tania Tuttman Diegues

Secretário editorial executivo: Roberto Vianna da Silva

Revisão de texto: Lígia Martha Coimbra da Costa Coelho / Evelyn Goyannes Dill Orrico / Maristela Botelho França

Supervisão de produção: Celeste Maria Amaral Sued Barbosa

Assistente de produção: José Carlos da Silva Rios

Assistente Administrativo: Olívia Ferreira Gonçalves

Editoração Eletrônica e Capa: Marcus Roberto Regenold Almeida

Comissão Organizadora: Malvina Tania Tuttman Diegues / Benedito Cunha Machado / Celeste Maria Amaral Sued Barbosa / Edson Liberal / Eny Schamis Oighenstein / Evelyn Goyannes Dill Orrico / José Carlos da Silva Rios / Lígia Martha Coimbra da C. Coelho / Luiz Ricardo da Cunha Ventura / Maria do Carmo Ferreira / Maria Fernanda Mascarenhas / Maria Lucia Vasconcelos / Regina Guedes G. Rival / Roberto Vianna da Silva / Sandra Albemaz de Medeiros / Tereza Sheiner.

Correspondência redatorial à Coordenação editorial:

UNI-RIO / PRPGPqEx - Departamento de Extensão

Av: Pasteur, 458 Urca / Rio de Janeiro-RJ CEP: 22.290-240

Tel: (021) 275-9896 FAX: (021) 541-8394

Impressão: Fundação CESGRANRIO





- 3 EDITORIAL
- 4 LINHAS DE EXTENSÃO
Como definir critérios para indicação de linhas de extensão a partir das diferenças teórico-metodológicas existentes em uma Instituição pluralista como a nossa?
- 7 UNIVERSIDADE, EXTENSÃO E LEITURA: UMA ABORDAGEM
"...Se quero uma Universidade cidadã, certamente ela está bem mais próxima do trabalho conjunto pesquisa-extensão..."
- 9 UM EDUCADOR NA SECRETARIA ESCOLAR
"...como o aluno está em aulas ... acabamos então com o atravessador..."
- 11 O EXERCÍCIO DA CHEFIA NA ADMINISTRAÇÃO PARTICIPATIVA
"Através da compreensão do outro é que a transformação se faz possível"
- 13 A OPÇÃO PELO REGIME DE ORGANIZAÇÃO CURRICULAR
"Que regime de organização curricular será esse que deverá favorecer a indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão?"
- 17 RELAÇÕES INTERPESSOAIS ENTRE PROFESSORES
"A necessidade de pertencer a um grupo o conduz a um risco de vestir um modelo uniforme, pouco adequado às suas necessidades individuais".
- 21 NÚCLEO DE ASSISTÊNCIA INTEGRAL À SAÚDE
"Dentro deste enfoque, é fundamental romper com o corporativismo e trabalhar com o coletivo..."
- 23 A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NA ÁREA DA SAÚDE
"Os cursos da área da saúde...desenvolvem atividades...umas claramente designadas como extensão..."
- 25 SEGURANÇA ALIMENTAR UM DESAFIO PARA AS UNIVERSIDADES
"A interdisciplinaridade é a pedra de toque para o desenvolvimento de programas, projetos e atividades."
- 29 UNIVERSIDADE E SOCIEDADE
"Ensino, pesquisa e extensão se integram quando a EXTENSÃO for entendida como mediação entre ensino e a pesquisa"
- 31 A QUESTÃO NACIONAL
"Hoje, repensar a temática nacional...tem implicações significativas...para a formulação de políticas comunitárias."
- 33 VIVÊNCIA NO TRABALHO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA
"Neste encontro, a Professora Ilma foi me descrevendo seu trabalho: ...-morri de vergonha" e nasci entusiasmada"
- 35 UNIVERSIDADE, PARTICIPAÇÃO POPULAR E O SISTEMA DE SAÚDE NO BRASIL
"O direito à saúde transcende o texto constitucional, porque é, antes de tudo, responsabilidade do poder público"
- 37 INTEGRAÇÃO DA UNESP COM A SOCIEDADE
"As Universidades Brasileiras terão de vencer uma série de desafios"
- 39 INTRODUÇÃO CRÍTICA AO PENSAMENTO MODERNO OCIDENTAL
"O que dá articulação...é a questão da historicidade e a preocupação de pensar o homem..."

RAÍZES E RUMOS - ano 1, nº 1 - 1994 -

Rio de Janeiro, Universidade do Rio de Janeiro.

Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão.

Semestral

1. Universidade do Rio de Janeiro.

2. Ciência, 3. Cultura.

1. Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão, Departamento de Extensão.

CDD 378.98153

LEI DO DIREITO AUTURAL
Todos os direitos reservados e protegidos
pela Lei 9.610/1998.
Este arquivo não pode ser reproduzido ou
transmitido sejam quais forem os meios
empregados: eletrônicos, mecânicos,
fotográficos ou quaisquer outros.



**Projeto Gráfico, Diagramação
e Composição:** Marcus Almeida

Roberto Vianna
CCET / UNI-RIO

Tiragem: 500 exemplares

EDITORIAL

A extensão vem assumindo, nacionalmente, através de programas, projetos e demais atividades, um forte compromisso com os reais problemas sociais, demonstrando sua capacidade de apresentar resultados efetivos. Construir esse compromisso tem sido um constante desafio, na medida em que ele tem de ser uma função articuladora entre ensino, pesquisa e realidade social.

Raízes e Rumos fala dessa extensão. Abre espaço para a divulgação de idéias e práticas que têm, como marco referencial, a reflexão crítica da realidade e a urgência de se construir, passo a passo, a cidadania.

Dessa forma, optou-se por organizar o presente número, a partir de áreas temáticas - identidade / cidadania, memória / produção cultural, saúde e educação - que se fundamentam nas linhas de extensão definidas pela comunidade acadêmica da UNI-RIO. Essas linhas podem ser melhor compreendidas a partir da leitura do texto "Linhas de Extensão: proposta para o desenvolvimento de um trabalho comprometido com a realidade social".

Raízes e Rumos tem o prazer de publicar, neste número, artigos de profissionais de nossa Universidade, como também de profissionais de outras instituições de Ensino Superior - UNESP, Escola Paulista de Medicina, UFRJ, UFF e UFRRJ - o que certamente fortalece a união de esforços num trabalho de interação entre a Universidade e a Sociedade.

UNI-RIO
Biblioteca

LINHAS DE EXTENSÃO:

Proposta para o desenvolvimento de um trabalho comprometido com a realidade social.

MALVINA TANIA TUTTMAN DIEGUES *

Este texto tem a finalidade de apresentar algumas idéias sobre a importância e a necessidade de serem definidas as LINHAS DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA.

Quando se trata de um tema tão complexo como este, é natural que surjam alguns questionamentos, tais como:

- Em uma Universidade Pública, onde os compromissos sociais são claramente explícitos, devem ser definidas linhas de ação que atendam as necessidades sociais?
- A autonomia docente não ficará prejudicada?
- Como preservar a autonomia dos Departamentos, necessária para o surgimento de novos temas e metodologias?
- Como definir critérios para a indicação de linhas de extensão, a partir das diferenças teórico-metodológicas, existentes em uma Instituição pluralista como a nossa?

Tentando refletir sobre estas questões, podemos perceber que o estabelecimento de linhas de extensão não significa cerceamento do professor e, sim, um direcionamento da Universidade em busca da efetivação de sua missão. Trata-se de priorizar, a partir de critérios explícitos, definidos coletivamente, as ações extensionistas que se aproximam das tendências da Universidade, no sentido de poder oferecer-lhes apoio pedagógico, administrativo e financeiro. Além disso, é preciso destacar que se trata de uma questão ética que implica respeitar a demanda docente, no campo das idéias, como também a demanda social, no que tange às necessidades da sociedade.

Portanto, se as Universidades, através de sua função extensionista, pretendem desenvolver ações que venham a contribuir, junto com outras

Organizações Governamentais e não Governamentais, para a transformação da realidade existente, é fundamental que cada área específica de conhecimento possa indicar grandes linhas de atuação, a partir de uma indagação básica: que contribuição(ões) social(ais) a "nossa" área de formação profissional pode oferecer, no sentido de resgatar a cidadania do povo brasileiro?

A resposta a esta pergunta indicarão, certamente, os eixos temáticos que aglutinarão professores, alunos e técnicos-administrativos de nossa Universidade em torno de projetos interdisciplinares, surgidos da reflexão sobre a relação teoria-prática-transformação social.

Sugerimos, a seguir, alguns passos que podem ser adotados no sentido de facilitar a indicação de linhas de extensão:

1. desvelamento, por todos os envolvidos na tarefa, da situação social que nos cerca - realidade atual;
2. estabelecimento de aspectos considerados relevantes e que deveriam predominar em nossa sociedade - realidade desejada;
3. indicação de contribuição que a área específica de conhecimento dos participantes pode oferecer, tendo em vista a diminuição da distância entre a realidade desejada e a realidade atual;
4. indicação de eixos / temas, que poderiam ser desenvolvidos pela Universidade, a partir de projetos, cursos e/ou atividades, visando a diminuição dos entraves sociais.

Exemplificando tal proposta, apresentamos uma situação fictícia, com a finalidade de tornar mais clara a metodologia indicada.

A Escola X reuniu professores, alunos e técnicos-administrativos, tendo em vista a indicação de linhas de extensão para a Universidade.

***Como definir critérios
para indicação de
linhas de extensão a
partir das diferenças
teórico-metodológicas
existentes em uma
Instituição pluralista
como a nossa?***

Iniciaram o processo de discussão analisando a situação sócio-política e econômica do país (realidade atual). Apontaram a saúde e a educação como os dois grandes problemas que a população enfrenta. Um dos aspectos abordados foi o fracasso escolar. A percepção do grupo é que este fracasso é resultante da interação de um grande número de variáveis - educacionais, sociais, culturais, econômicas - que, certamente, determina o aproveitamento escolar do aluno. Portanto, é mais importante que seja realizada uma análise do sistema, da estrutura social, do que uma análise do aluno, do indivíduo, de forma isolada.

Assim, o grupo apontou algumas questões que parecem gerar ou influenciar o fracasso escolar: formação inadequada dos professores; desvalorização social e econômica do trabalho do professor e dos profissionais da área de saúde; falta de recursos materiais; inadequação curricular em todos os níveis de ensino; percepção medicalizada do insucesso escolar; desconhecimento, por grande parte da população, dos seus direitos e, principalmente, deveres; e ainda, a desvalorização da cultura e das artes, entre outros.

Após amplos debates, o grupo concluiu que é urgente uma reversão desse quadro, e que tal fato só pode ser conseguido a partir de um trabalho integrado entre profissionais de várias áreas de conhecimento.

Depois de definirem pontos básicos que deveriam predominar em nossa sociedade (realidade desejada) - direitos iguais para todos, condições dignas de vida, valorização da cultura e das artes - o grupo, após refletir sobre a contribuição de sua área específica decidiu promover uma reunião em que estariam presentes profissionais e alunos da Universidade, representando as diversas áreas de conhecimento.

Finalizando o encontro, o grupo indicou algumas linhas de trabalho, a partir da relação estabelecida anteriormente - realidade atual / realidade desejada - tendo em vista contribuir para a melhoria da qualidade de vida de nossa população.

Na UNI-RIO, dentre as atividades previstas pelo Departamento de Extensão da Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão, para o ano de 1994, encontra-se a definição de Linhas de Extensão pela comunidade universitária. Tal proposta surgiu da importância de se desenvolver ações extensionistas que expressassem as tendências acadêmicas da Universidade e as contribuições sociais das diferentes áreas de formação profissional.

Para tanto, foi solicitado aos Centros de Ensino, Escolas, Institutos, Diretórios Acadêmicos e HUGG que realizassem seminários, com a participação de alunos, professores e técnicos-administrativos, para a indicação de linhas de extensão, tendo como critérios tanto as sérias questões sociais que nosso país enfrenta quanto a prática já exercida em nossa Universidade. Enviou-se como subsídio para esta tarefa o texto "*LINHAS DE EXTENSÃO: proposta para o desenvolvimento de um trabalho comprometido com a realidade social*".

Esse documento teve a única finalidade de sugerir caminhos metodológicos que auxiliassem a comunidade universitária no processo de definição de grandes eixos extensionistas de atuação. O Departamento de Extensão colocou-se, também, à disposição para participar desses seminários.

Após o período definido para a conclusão da primeira parte do trabalho, foram realizados dois Encontros, que objetivaram definir as linhas de extensão, a partir do material elaborado em cada unidade acadêmica e administrativa.

A equipe participante analisou as propostas que foram encaminhadas, a partir dos indicadores já referidos anteriormente, e concluiu que as linhas de extensão indicadas parecem ser representativas do pensamento de todos aqueles que se dispuseram a refletir sobre o assunto.

- ☐ FORMAÇÃO DO EDUCADOR
- ☐ SAÚDE ESCOLAR
- ☐ PROMOÇÃO À SAÚDE
- ☐ IDENTIDADE E CIDADANIA
- ☐ MEMÓRIA E PRODUÇÃO CULTURAL

Cabe ressaltar que as linhas de extensão relacionadas pretendem contribuir para a melhoria da qualidade e a busca de excelência de vida da população brasileira e, em especial, do Estado e do Município do Rio de Janeiro.

Trata-se de trabalho pioneiro e, como tal, a equipe responsável pela estruturação das propostas solicitou que a comunidade universitária apreciasse, agora em seu conjunto, as linhas de extensão definidas, a fim de que, posteriormente, fossem encaminhadas ao DEX. Além disso, essa equipe considera que as linhas de extensão apresentadas devem passar por um processo de validação em 1994 e, novamente, avaliadas para o ano subsequente.

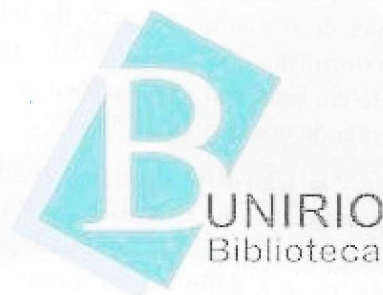
As situações descritas não pretendem esgotar o assunto. Há muito o que falar e ouvir. A única finalidade foi a de sugerir caminhos que possam contribuir com a comunidade universitária no processo de definição de linhas de extensão.

Reafirmamos que a extensão universitária não acontece de forma isolada e, portanto, nas discussões que certamente ocorrerão, o ensino e a pesquisa estarão sempre presentes, já que a extensão é, um veículo integrador entre o ensino, a pesquisa e a realidade social.

** Professora Adjunto do Departamento de Didática
do Centro de Ciências Humanas da UNI-RIO*

*Diretora do Departamento de Extensão da Pró-Reitoria
de Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão*

LEI DO DIREITO AUTÓRARI
Todos os direitos reservados e protegidos
pela Lei 9.610/1998.
Este arquivo não pode ser reproduzido ou
transmitido sejam quais forem os meios
empregados: eletrônicos, mecânicos,
fotográficos ou quaisquer outros.



UNIVERSIDADE, EXTENSÃO E LEITURA: UMA ABORDAGEM

LÍGIA MARTHA C.C. COELHO *

No Brasil de hoje, falar sobre a importância da **Extensão** entre as funções da **Universidade pública** requer, sem dúvida, que se reflita sobre o papel da **LEITURA**.

Buscando os fundamentos dessa relação na utilização de expressão freireana, a **leitura de mundo** realizada pelas práticas extensionistas deve pressupor o **olhar** em torno; o **perceber as falas** que elaboram a realidade circundante. Ressalta-se, dessa forma, a importância da(s) **diversa(s) linguagem(ns)** que, além da fala e da escrita, possibilitam o **dizer** daquelas práticas em consonância com o **nem sempre dito** das necessidades, das aspirações da comunidade com o qual os projetos de Extensão trabalham.

Nesse sentido, leitura de mundo deve assumir **condição plural**. Por um lado, sua própria essência enquanto fundamento da prática extensionista, -possibilidade de vários olhares para a realidade-; por outro lado, sua **práxis**, tanto na visão dos membros da comunidade que dela devem usufruir, quanto na ótica do extensionista. Em outras palavras, "se o homem aceitasse sempre o mundo como ele é e (...) aceitasse a si mesmo em seu estado atual, não sentiria a necessidade de transformar o mundo nem de transformar-se" (Vasquez, 1990, p.192).

Essa práxis emerge, então, da comunidade e da universidade, através das atividades extensionistas percebidas enquanto leituras de mundo, simbiose entre aqueles que conhecem e aqueles que agem. Refiro-me ao conhecimento prévio que a comunidade tem de sua realidade e à ação, interferência das atividades extensionistas via universidade.

Partindo do pressuposto de que cada Universidade possui, ou deve possuir, seus princípios norteadores, cabe à Extensão dar a conhecer à comunidade esses princípios, concretizando-os em suas práticas. Não se deve olvidar, no entanto, que tais caminhos podem construir sua opção ou pela manutenção do status quo através de uma postura **meramente assistencial**, ou pela **transformação através da problematização** das situações apresentadas pelos grupos/comunidades com os quais trabalha.

Propondo o trabalho externo com e não para a comunidade, aquela leitura de mundo torna-se transformadora ao consolidar práticas emancipadoras como o diálogo, a problematização de situações e sua conseqüente visão crítica, oportuniza à comunidade com que se trabalha possibilidades de conquista de poder, via **saber mais**. Enfim, o verdadeiro alcance de sua cidadania, acarretando a participação como conquista⁽¹⁾.

Enquanto fundamento, a leitura de mundo transformadora, realizada pelas práticas extensionistas, corrobora com a qualidade política dos projetos de Universidade que também o sejam, não só ao reproduzir situações em que o conhecimento se dê a perceber na comunidade/grupo com o qual são desenvolvidas tais atividades, como também ao proporcionar ambiente capaz de fomentar o diálogo, o questionamento, seja quais forem os projetos de Extensão - pertençam à área de conhecimento que pertencerem.

(1) Para ampliar tal perspectiva, ler Demo (1988).

Sem dúvida alguma essa prática não permitirá uma abordagem indicadora do mesmo assistencialista que, durante algum tempo, caracterizou, esses projetos.

Todavia, esse **diálogo** e esse **questionamento** constituem-se em **estratégias - qualidade formal** ⁽²⁾ - para o alcance de duas metas emancipadoras, historicamente presentes apenas no cotidiano das classes privilegiadas : **o saber e o poder**.

Nesta ótica, a **leitura de mundo** construída pelas atividades extensionistas esquece os fundamentos que lhe permite relacionar Universidade e Extensão. Sendo eles transformadores, as práticas igualmente transformadoras disseminarão o saber por entre a comunidade / grupo com o qual se trabalha junto. Concomitantemente, esse saber favorece o **poder** que essa comunidade / grupo irá, aos poucos, conquistando.

A leitura permanece, assim, como **mediadora** primeira entre Universidade e Extensão quando os projetos extensionistas visam a **transformação / emancipação**.

Obviamente, um projeto de Universidade que vise a **manutenção** elabora outros fundamentos, implementa outras estratégias em seu trabalho extensionista. Não fazem parte de seu universo de ação a filosofia da práxis, nem a leitura de mundo transformadora.

A filosofia da práxis, como metodologia abrangente e emancipadora, possibilitando a **LEITURA DO MUNDO TRANSFORMADORA** consolida, ao contrário, um projeto de **Universidade Cidadã**, onde os excluídos da sociedade são lembrados, não como cobaias para experiências acadêmicas, ou como bichinhos de estimação a quem se dá carinho e proteção, mas como parte dessa sociedade que procura seu resgate através da conquista da cidadania.

Tais reflexos vêm evoluindo desde a 57ª Reunião Plenária do CRUB⁽³⁾, quando Luiz Antonio da Cunha, em palestra proferida no segundo dia de debates, destacou a Extensão como função menor da Universidade, quando o ex-reitor da UNICAMP, Prof. Carlos Vogt enfatizou, como Universidade Cidadã, aquela que se adequa à modernidade, ao trabalho eficiente e participe entre Universidade e empresa.

Ambos têm uma visão da relação universidade - sociedade diferente da que defendo. Se quero uma **Universidade cidadã**, certamente ela está bem próxima do trabalho conjunto pesquisa - extensão, cujo fundamento se encontra numa **leitura de mundo** onde os excluídos se inserem como participantes e atores do bolo histórico - social da sociedade brasileira.

* Professora Adjunto do Departamento de Didática do Centro de Ciências Humanas da UNI-RIO

(2) Qualidade formal e qualidade política são termos utilizados por Demo (1992,1993) para caracterizar os instrumentos e ações capazes de construir o cidadão partícipe.

(3) Refiro-me à Reunião Plenária do Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras, realizada de 25 a 27 de abril de 1994, na cidade do Rio de Janeiro, quando o referido educador proferiu palestra sobre a Formação para a Cidadania.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

01. DEMO, Pedro. Participação é conquista. São Paulo, Cortez, 1988.
02. ... Desafios modernos da educação. Rio, Vozes, 1993.
03. FREIRE, Paulo. Pedagogia do oprimido. Rio, Paz e Terra, 1982.
04. ... A importância do ato de ler. São Paulo, Cortez, 1987.
05. VAZQUEZ, A.S. Filosofia da práxis. Rio, Paz e Terra, 1980.

UM EDUCADOR NA SECRETARIA ESCOLAR:

uma experiência

ILMA BAPTISTA DE SOUZA *

"... embora haja uma vasta diferença entre nós, no que respeita aos fragmentos que conhecemos, somos todos iguais no infinito de nossa ignorância".

Karl Popper

O presente artigo tem por objetivo fazer chegar a toda a comunidade minha experiência no desenvolvimento dos trabalhos da Secretaria Escolar do Instituto Biomédico junto aos alunos, professores e funcionários.

As atividades foram iniciadas no final de 1992 e, após uma primeira etapa de observações, foi possível diagnosticar os problemas do funcionamento administrativo/educacional da Secretaria. Em seguida, com os funcionários, surgiu a segunda etapa de transformação e organização das tarefas já existentes num trabalho de equipe; e, finalmente, puderam vir à tona os problemas funcionais, suas causas e suas possíveis soluções.

A presença de uma professora na Secretaria Escolar para coordenar este trabalho foi importante devido a vivência que a própria profissão impõe. Conviver com alunos, professores e funcionários faz com que o profissional tenha uma visão das várias faces da situação educacional, como por exemplo os aspectos psicológicos da passagem do 2º grau para o 3º grau, a independência, a identificação com a profissão, a necessidade de conscientização do modelo de Universidade, a melhoria do relacionamento administrativo entre professores / funcionários e funcionários / alunos.

Com a posse do Professor Sergio Luiz Magarão como Reitor, o Professor João Carlos de Souza Côrtes assumiu a Direção do Instituto Biomédico e convidou a Professora Regina Lugarinho para atuar na Secretaria mas, com sua saída para dirigir o Núcleo do Vestibular, fui então convidada a substituí-la. A princípio, reuni-me com os funcionários para que eu

pudesse tomar conhecimento das atividades desenvolvidas: procurei aprender o trabalho até porque precisava "viver" as dificuldades da atividade que iria coordenar.

Começou, então, a segunda etapa, que, por si só, se desdobrou em três situações: a) os alunos requeriam os programas das disciplinas e a secretaria tinha dificuldade em mantê-los atualizados e padronizados. Fizemos um modelo padrão e, com a ingerência do Professor Côrtes, foi criado um *software*, permitindo aos professores facilidades para qualquer tipo de modificação e à secretaria acesso, a qualquer momento, às modificações que já tivessem ocorrido; b) a matrícula era um dos nossos maiores problemas: tumultuada, angustiava funcionários, alunos e professores. Normalmente, o aluno estava em período de férias e mandava um procurador que, ao final, nunca satisfazia o seu desejo com relação às disciplinas escolhidas. Os professores recebiam as listagens quase ao final do curso. Era um aborrecimento constante. Num primeiro momento, criamos a pré-matrícula: como o aluno está em aulas, ele se matricula pessoalmente. Acabamos então com o "atravessador"; passamos a ter mais tempo para as modificações que os alunos necessitavam e para enviarmos as listagens aos professores.

Esta etapa (pré-matrícula) ainda está se aperfeiçoando. Sinto que os alunos gostaram da modificação e se sentem mais responsáveis. Os professores também se sentem mais seguros para administrar a vida do aluno na disciplina. As funcionárias estão tranquilas, passam esta tranquilidade para os alunos e a pré-matrícula ocorre num clima de paz; c) passamos a desenvolver o hábito de publicar e estimular os alunos a consultarem, nos quadros de avisos, a listagem com resultado dos pedidos de isenções e o cronograma de todas as atividades pertinentes à secretaria para cada semestre.

"...como o aluno está em aulas... acabamos então com o atravessador..."

De maneira prática, passamos a despertar no aluno o sentimento de que os seus direitos caminham junto com seus deveres. Como educadora, sei da dificuldade que eles sentem, entrando na fase adulta, de responderem por situações que antes eram respondidas por seus pais.

Esta foi a forma mais objetiva que encontrei para escrever este artigo. Existem várias implicações subjetivas, vários outros planos de ação que se constituirão num trabalho a ser organizado nos próximos semestres e que, em outra oportunidade, serão mais amplamente esclarecidos.

Quero tomar pública minha gratidão e o quanto foi importante viver a emoção do grupo, ao tomar consciência do valor do trabalho em equipe que, se a ajuda das veteranas Norecy, Therezinha e Angela e das novatas Ester e Elizete, seria impossível perceber onde chegamos e almejamos ampliar cada vez mais nossos caminhos significa poder dizer-lhes: - estou aprendendo muito com vocês.

LEI DO DIREITO AUTORAL

Todos os direitos reservados e protegidos pela Lei 9.610/1998.

Este arquivo não pode ser reproduzido ou transmitido sejam quais forem os meios empregados: eletrônicos, mecânicos, fotográficos ou quaisquer outros.

** Professora Assistente do Instituto
Biomédico da UNI-RIO
Responsável pela Secretaria Escolar*



O EXERCÍCIO DA CHEFIA NA ADMINISTRAÇÃO PARTICIPATIVA

MARIA CRISTINA LIMA DA SILVA *

JOSUÉ GARCIA DA SILVA **

Quando pensamos em analisar a nossa vivência enquanto ocupantes de um cargo de chefia numa Instituição hospitalar, buscamos com isto não só registrar um momento de experimentação singular, mas contribuir para uma reflexão sobre os modelos administrativos utilizados em nossa Universidade.

A nossa lembrança nos remete ao período em que iniciamos as atividades profissionais nesta Instituição (1977). As experiências anteriores ocorreram em um hospital de emergência e em outro hospital universitário. A motivação existente no grupo era muito grande, tanto em termos salariais quanto no que se referia à possibilidade de atuação em trabalhos científicos que atendessem às expectativas e às demandas da clientela.

As propostas de trabalho levantadas a partir da realidade encontrada sofriam restrições por parte da administração da Instituição, que centralizava todas as ações administrativas e influenciava sobremaneira os procedimentos técnicos.

Observamos que cada proposta de trabalho refutada pela administração vigente na época contribuía para que as chefias dos serviços reproduzissem o modelo Institucional. Acreditamos que este fato tenha provocado nos grupos uma desmotivação gradativa em relação ao desempenho das funções e, principalmente, no que se refere à abertura de frentes de trabalho e elaboração de projetos considerados importantes em função da demanda da clientela.

Esta desmotivação provocou uma insatisfação profissional por inúmeras razões, chegando ao seu ponto máximo, a nosso ver, quando os grupos foram submetidos a rodízios nas áreas de atuação, por imposição das chefias.

Ao assumirmos as chefias, respectivamente, do Serviço Social e da Enfermagem, procuramos buscar algumas alternativas de solução para estas questões através de uma nova forma de administração (1989).

Inicialmente, promovemos reuniões onde os grupos pudessem se expressar, repensando as ações dos serviços como um todo e estabelecendo prioridades no que se refere às áreas de atuação.

Um dos pontos significativos deste modelo por nós adotado foi o restabelecimento da discussão dos problemas do serviço com vistas ao consenso. Isto porque, muitas vezes, algumas decisões eram tomadas com relação aos serviços e pouco incorporadas pelos grupos. Esta participação nas decisões dos serviços, possibilitou aos grupos mudanças de comportamento frente às suas questões. Tais mudanças foram sentidas também no realcionamento dos grupos e no desempenho profissional.

Para que possamos ter uma idéia mais clara destas transformações, faz-se necessário mencionar, por exemplo, não mais haver dificuldade por parte da maioria dos profissionais em supervisionar alunos, demonstrando assim a importância da percepção de sua própria capacidade profissional.

Observamos também, nos grupos, a recuperação da auto-estima, do estímulo à participação e elaboração de trabalhos científicos, bem como a motivação para o aperfeiçoamento profissional e a atualização.

A visão de chefia por nós empreendida possibilitou estas mudanças nas equipes, pois acreditamos que através da compreensão do "outro" é que a transformação se faz possível.

Para maior entendimento desta questão, tomamos emprestado um trecho da Professora Anésia de Souza Carvalho:

"A experiência do ensino não será proveitosa se aluno e professor, aluno e supervisor não se tornarem presentes na retomada de significação do sentido do mundo que um e outro podem desvelar enquanto se vêem um ao outro e um no outro, cada um pelos gestos do outro."

"Através da compreensão do outro é que a transformação se faz possível"

Se, por outro lado, a instituição - campo de estágio e a instituição - universidade persistem com suas estruturas de poder, imperando na preservação ou na destruição de valores e impondo a todos os limites estreitos de seus espaços, não será possível a fecundidade de um trabalho " (1991).

Se transportarmos alguns elementos desta citação para o nosso contexto administrativo, verificaremos não ser diferente, pois cada vez mais se faz necessária a incorporação de uma postura de administração participativa pelos dirigentes institucionais.

* *Assistente Social, Chefe do Serviço Social do HUGG da UNI-RIO*

** *Enfermeiro, Chefe da Divisão de Enfermagem do HUGG da UNI-RIO (de 1989 a 1992)*

BIBLIOGRAFIA

- CARVALHO, Anésia de Souza - "Metodologia da Entrevista: abordagem fenomenológica", 2ª ed., Rio de Janeiro, Agir, 1991.
- PAVÃO, Ana Maria Braz - "O princípio de auto-determinação no Serviço Social: visão fenomenológica", 4ª ed., São Paulo, Cortez, 1988.
- FALEIROS, Vicente de Paula - "Saber profissional e Poder Institucional", 4ª ed., São Paulo, Cortez, 1993.



A OPÇÃO PELO REGIME DE ORGANIZAÇÃO CURRICULAR: O REFLEXO DA FORMA COMO SE ENTENDE A RELAÇÃO ENTRE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

NILCI DA SILVA GUIMARÃES *

1. O surgimento do Sistema de Créditos e suas características.

Até 1967, na realidade do ensino superior brasileiro, existia o Regime Seriado como forma de organização curricular. A 29 de dezembro de 1967 foi criada, por Decreto, uma Comissão Especial, com a finalidade de propor medidas relacionadas com os problemas estudantis, que eram entendidos como existentes naquela época. O Relatório de trabalho da Comissão Especial, dentre outros aspectos, sugeria a reformulação da Lei de Diretrizes e Bases em vigência e apontava algumas transformações pelas quais deveriam passar as Universidades, a curto prazo. A mudança do Regime Curricular para Sistema de Créditos era uma das transformações propostas, isto é, que os cursos superiores deixassem de ser medidos em função do número de anos e passassem a ter a extensão verificada pelo tempo de dedicação do aluno às disciplinas.

Confronto de tal posição com o texto da Lei 5540/68, que regulamentou a Reforma Universitária, demonstra uma grande identidade de princípios quando o relatório do Grupo de Trabalho que tratou da Reforma estabelece o Sistema de Créditos e a Matrícula por Disciplina.

Em março de 1969, o Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras realizou, na Universidade Federal de Juiz de Fora, um Simpósio sobre o tema "Regime de Créditos e os Processos de Administração Acadêmica" (Kloeter, 1979).

Naquele Simpósio, seria definido o significado da unidade de crédito.

A forma como foi definido o termo de crédito faz com que o depreendamos, nem mais nem menos, como uma unidade de cálculo. Comparado à moeda, por exemplo, seria uma unidade de troca. Ao aluno que satisfaz certas exigências da disciplina cursada é estabelecida a troca - recebe o crédito pela energia desempenhada, pelo trabalho desenvolvido.

Segundo a Indicação Nº 04 de 15/05/71, do Conselho Federal de Educação - CFE -, crédito é uma unidade arbitrariamente tomada para medir o trabalho a ser exigido do aluno.

A unidade de crédito foi estabelecida partindo-se do princípio teórico de que a aprendizagem constitui-se em um processo cumulativo, isto é, ocorre em etapas sucessivas das quais resulta uma soma de conhecimentos inerentes a uma disciplina que exige do aluno determinada soma de esforços.

Além de servir para medir o esforço do aluno, o crédito passou a possibilitar a comparação entre as disciplinas que compõem a grade curricular de um curso e, ainda, constatar a importância relativa de cada disciplina no currículo, ou naquela formação profissional. Uma outra comparação possível é a da abrangência de uma mesma disciplina em um curso em estabelecimentos de ensino diferentes. Serve, portanto, para medir grandezas da mesma espécie; serve para uma verificação quantitativa e não qualitativa do trabalho, serve não para quantificar o rendimento do aluno, mas sim para medir a extensão do trabalho por ele desenvolvido, seja lá qual for o rendimento obtido, em termos de aprendizagem. Segundo o Parecer Nº 331/71 do CFE, a quinze horas de trabalho expositivo ou trinta horas ou mais de atividade de outra natureza, corresponde um crédito.

Na prática, o Regime de Créditos efetivou-se por meio do Sistema de Matrícula por Disciplina, ou talvez fosse melhor denominá-lo de Inscrição por Disciplina.

Algumas características são básicas e não devem deixar de estar presentes nessa prática.

O ano letivo é dividido em dois períodos regulares e as disciplinas têm a duração de um período. Aquelas que, pela sua extensão precisarem ser lecionadas em mais de um período, serão desdobradas em tantas forem necessárias, mantendo-se a mesma denominação e recebendo um número de ordem crescente, correspondente à sequência dos períodos.

As disciplinas devem ser hierarquizadas por pré-requisitos, a partir de um estudo dos aspectos internos às mesmas, buscando a identificação de conhecimentos a serem ministrados que necessitam de aprendizagens anteriores ou de conhecimentos de outras disciplinas que serão consideradas pré-requisitos daquelas primeiras.

É a definição e a observância de pré-requisitos que permitem uma não superficialidade no estudo das disciplinas componentes da grade curricular e uma maior integração vertical do currículo.

A composição curricular é variável, já que a grade vai sendo cumprida pelo aluno de acordo com suas possibilidades e rendimento, podendo o aluno cumprir o curso em um prazo mínimo, médio e máximo, determinados legalmente. Aqui está o ponto crucial nesse Sistema. A instituição de ensino superior deverá providenciar, para cada aluno, a existência de um formulário próprio, onde a sua composição curricular ou o seu plano de estudos vá sendo construído, período a período, obedecendo aos pré-requisitos e ao limite de número de créditos. Percebe-se que existe a exigência de que cada aluno tenha, dentre o corpo docente do curso, um professor designado como seu orientador acadêmico que será, junto com o aluno, o responsável pela organização do plano de estudos.

O aluno pode desistir da inscrição em uma ou mais disciplinas, desde que não haja decorrido metade do período letivo e o professor orientador acadêmico concorde com tal procedimento. Pode, ainda, substituir disciplinas anteriormente selecionadas, desde que o faça dentro dos quarenta e cinco primeiros dias do período.

Quanto à aprovação do aluno, ela ocorre em cada disciplina isolada, não havendo dependência, nem exame de segunda época.

2 - As vantagens e os aspectos limitadores do Sistema de Créditos em confronto com o Regime Seriado

Não admitindo o exame de segunda época e entendendo que o importante não é o exame final, mas a aquisição e a apuração progressiva de conhecimentos durante a disciplina cursada, o Sistema de Créditos proporcionou o aparecimento, no curso superior, da figura da recuperação paralela da aprendizagem. Tal forma de organização curricular permite ao professor um constante diagnóstico do rendimento que vem sendo obtido, visando à tomada de decisões quanto às medidas a adotar na busca da melhoria ou do crescimento do aproveitamento.

Por outro lado, o exame final priorizava apenas um momento do processo e não todo o esforço feito pelo aluno durante a aprendizagem. Com o exame de segunda época, a instituição "passava um recibo" de que, às vezes, era obtido pelo menos, em apenas um mês, fora das dependências do estabelecimento de ensino.

O Sistema de Créditos possibilita que o aluno e seu orientador acadêmico dose um plano de estudos adequado à capacidade de trabalho do aluno e ao seu interesse, permitindo liberdade de escolha. Não exige de um grupo de alunos, portanto, a mesma soma de trabalho, sem considerar a capacidade de cada um, como o Regime Seriado anteriormente exigia.

Considerando a heterogeneidade dos estudantes que ingressam, hoje, na Universidade, o Sistema de Créditos poderia ser considerado o mais adequado. O Regime Seriado, certamente, já favorece aos mais dotados intelectualmente, porque mais dotados socialmente. Com este sentido, indaga-se a que serve a Universidade?

Diferentemente do Regime Seriado anteriormente adotado, que exigia que o aluno trancasse toda uma série do curso, se necessário, o Sistema de Créditos possibilita que, dentro dos prazos estabelecidos, o aluno substitua ou cancele alguma(s) disciplina(s) cursada(s) em um período letivo e não todo o bloco de disciplinas cursadas na série.

Se naquele Regime Seriado existia o sistema de dependência em que o aluno reprovado em uma disciplina deveria tomar a cursá-la, no ano seguinte, em paralelo com as demais, sobrecarregando seus estudos, no Regime de Créditos o aluno reprovado em uma disciplina deve refazê-la, no entanto pode continuar no fluxo da grade, cursando aquelas que não exigem a disciplina em que ficou reprovado como pré-requisito.

Em contrapartida existe um aspecto limitador do Sistema de Créditos: é o que diz respeito ao registro e ao controle acadêmico. Tal sistema passou a exigir, da instituição, um trabalho maior no acompanhamento do plano de estudos de cada estudante e de sua vida escolar.

Para que haja maior número de opções e de facilidade de composição do plano de estudo pelos alunos, deve haver, no Sistema de Créditos, ofertas contínuas de disciplina, nos diferentes períodos letivos; caso contrário, o aluno reprovado em determinada disciplina, tem de ficar aguardando o oferecimento da mesma, retardando o desenvolvimento de seu plano de estudos.

Se no Regime Seriado um grupo de alunos compreendia uma turma que permanecia junto até o final do curso, o Sistema de Créditos esvaziou a noção de turma.

3 - O emprego do Sistema de Créditos na atual realidade brasileira

Uma série de estudos já foram desenvolvidos, analisando a aplicação do Sistema de Créditos na realidade brasileira.

Assis (1978) afirma que existe um número insuficiente de professores encarregados de orientação acadêmica. O serviço de orientação acadêmica deficitário é também destacado por Lima (1977).

A última autora citada ainda destaca que o currículo que vem sendo desenvolvido tem sido rígido, diferente do preconizado pelo Sistema de Créditos. O que se vê é a utilização do pré-requisito desviado de sua função de garantia de continuidade de conhecimentos adquiridos. Inadequadamente, é visto, muitas vezes, como um instrumento para controlar o fluxo de matrícula e garantir um Sistema Seriado "travestido" de Sistema de Créditos, dando a falsa idéia de liberdade ao aluno na construção de seu plano de estudos. Tal situação resulta na retenção e no congestionamento do fluxo de alunos, que não conseguem ir adiante no curso.

A má utilização de espaço físico e o deficiente planejamento dos horários das disciplinas também são pontos destacados pelas duas autoras, como fatores que retardam o processo de formação profissional.

Inferê-se que os problemas encontrados, hoje, são mais relacionados ao mau emprego do Sistema criado com a Reforma Universitária, do que ao Sistema propriamente dito.

“Que regime de organização curricular será esse que deverá favorecer a indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão?”

4 - O Regime de Organização Curricular mais adequado ao contexto atual da Universidade Brasileira

Passados vinte e cinco anos do surgimento do Sistema de Créditos nas instituições de ensino superior no país, já é hora de uma análise crítica dos resultados que tal Sistema tem alcançado.

Por outro lado, certamente, aquele Regime Seriado que anteriormente existia não significa uma organização curricular adequada ao momento atual da realidade brasileira.

Percebe-se que um terceiro Regime de Organização Curricular deve ser democraticamente construído pelas instituições.

A atual sociedade brasileira não é aquela de vinte e cinco anos atrás. Conseqüentemente, o perfil profissional exigido, hoje, nas diversas áreas de conhecimento, também se modificou.

A universidade mudou. A pesquisa, antes uma atividade muito mais centrada nas mãos do professor, é compartilhada com os alunos. Uma outra vertente foi tomando forma e é, atualmente, a função que oportuniza a troca e construção conjunta de conhecimentos entre a Universidade e a sociedade brasileira - a extensão universitária.

Que Regime de Organização Curricular será esse que deverá favorecer a indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão?

No entanto, antes de qualquer definição com tal sentido, as Universidades devem passar por um processo de discussão e construção coletivas de um Projeto Pedagógico que defina o ideal, a missão ou o compromisso que cada uma delas assume em relação a atual sociedade. Enquanto esse procedimento não for empregado, é impossível determinar qual o Regime de Organização Curricular que deve ser adotado.

Só após a definição de um Projeto Pedagógico, pode a Universidade discutir questões, como a curricular. É preciso ficar claro que, caso o adequado não seja o Sistema Seriado antigo, ou o Sistema de Créditos hoje existente, mas sim uma terceira forma a ser definida, ela deve surgir como um Regime construído coletivamente, produzido a partir de ampla discussão pela comunidade universitária. Um regime que entenda currículo não como aquilo que se desenvolve dentro das quatro paredes de uma sala de aula ou, quando muito, dentro do espaço físico do campus universitário.

Um Regime de Organização Curricular contextualizado é aquele que não só trate das questões exclusivas ao ensino e, em alguns casos, daquelas ligadas à pesquisa.

Ao estabelecer a forma de medição do esforço escolar empreendido pelo aluno, um novo Regime não pode deixar de considerar a dedicação do estudante às atividades extensionistas, que entendem a Universidade como uma instituição sem fronteiras.

** Professora Assistente do Departamento de Didática -
Escola de Educação / CCH*

*Diretora do Departamento de Documentação e Registro
Acadêmico da UNI-RIO*

LEI DO DIREITO AUTORAL
Todos os direitos reservados e protegidos
pela Lei 9.610/1998.

Este arquivo não pode ser reproduzido ou
transmitido sejam quais forem os meios
empregados: eletrônicos, mecânicos,
fotográficos ou quaisquer outros.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ASSIS, Therezinha Lopes de. Avaliação do Sistema de Créditos na Universidade Federal de Juiz de Fora. Dissertação de mestrado, Faculdade de Educação / UFRJ, 1978. CFE. indicação Nº 04 / 71.
_____. Parecer nº 04/71.
- KLOETER, Vera Maria. O Sistema de Créditos Acadêmicos - um estudo de casos em duas instituições de ensino superior brasileiro. Dissertação de Mestrado, Departamento de Educação, PUC / RJ, 1979.
- LIMA, Helena Itapina. Diagnóstico da Implementação do regime de matrícula por disciplina em cursos de graduação da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Educação / UFRJ, 1977.



RELAÇÕES INTERPESSOAIS ENTRE PROFESSORES

SANDRA ALBERNAZ DE MEDEIROS *

Neste trabalho discutimos os mecanismos envolvidos no processo de passar a pertencer a um grupo, no que refere a professores. Para tanto, torna-se necessário **internalizar** regras a fim de ser aceito. Modelos de comportamento são estabelecidos, levando à reprodução de papéis. Quando esses papéis tornam-se rígidos, ocorre a **reificação**. Os estereótipos são moldes pré-estabelecidos aos quais os indivíduos se submetem, caracterizando padrões rígidos e empobrecidos de interpretar a realidade. Junto a isso, passa a funcionar o mecanismo de **repressão**, que originalmente emana da ordem social, para depois torna-se parte do universo da pessoa e seu entendido como “natural”. Ao fazer parte de uma instituição, o professor penetra por essa rede que seleciona o que vai ser aceito ou não. A necessidade de pertencer a um grupo o conduz ao risco de vestir um modelo uniforme, pouco adequado às suas necessidades individuais. Outro mecanismo citado é o da **legitimação**, importante para a manutenção do grupo e da instituição. Assinalamos que, junto a ela, está o **conflito**, pleno de possibilidades quando exposto à interação humana. Traçamos um perfil do que consideramos uma instituição neurótica e propomos algumas atividades, na Universidade, para enfrentar-se as dificuldades oriundas de um ambiente desconfortável, do ponto de vista funcional e interativo. Propusemos um esboço de modelo que teria o propósito de oferecer aos professores meios para refletir e tentar transformar padrões de atitudes estereotipadas.

Partimos do pressuposto de que há uma tendência para a reprodução inconsciente de atitudes modeladas e constituídas socialmente. Para que o indivíduo possa vivenciar o sentimento de pertinência (pertencer a), e sentir-se integrado a um grupo, faz-se necessária uma complexa adaptação que envolve um processo de assimilação, de acordo com as idéias de Piaget. Há um “molde”, também, para que os que se tomam professores venham a se enquadrar.

Há uma infinidade de atitudes que envolvem linguagem, universo vocabular não especializado,

gestual, tipo de roupa, enfim, todo um código não verbal que nos leva a identificar um professor. Neste momento, estamos nos referindo especialmente ao professor universitário. Faz parte do senso comum dizer-se que há um “certo ar sacerdotal” que paira em torno de uma elite pensante, criando então, um conjunto de expectativas, tanto na sociedade, como da própria comunidade universitária, em relação ao comportamento do professor.

PERTENCER AO GRUPO:

Podemos admitir que estas expectativas representam uma forte pressão que produz um desejo ao qual devemos corresponder. Qualquer ser humano necessita pertencer a um grupo. Ora, para pertencer a um grupo é necessário aceitar e, com isso, internalizar as regras que o regem. Se isso não for possível, não há como interagir, podendo ocorrer duas possibilidades: 1 - o indivíduo é expulso pelo grupo; 2 - o indivíduo se retira do grupo. O mecanismo que ocorre quando se desenrola o processo de passar a pertencer é, então, o de assimilação de regras (e/ou regulamentos, normas e leis) levando o indivíduo a se adaptar, **num processo dinâmico**, a uma nova realidade. Ao longo do processo, o professor necessita da aprovação de seus pares. Assim sente-se gratificado, satisfeito. E passa, então, a prescrever os quesitos estabelecidos pela comunidade e também, começa a se modelar, a **reproduzir um papel**. LUFT nos diz: “o conceito de papel designa o modelo de comportamento que caracteriza o lugar do indivíduo no grupo”. Parece-nos, fazendo uma caricatura, que se o indivíduo tem pernas longas, terá que dar um jeito para que fiquem curtas, se o formato o exige. Se tem mãos pequenas, deverá se esforçar para alongá-las, para “parecer ser” um professor. BERGER e LUCHMANN (1991) denominam este mecanismo de **reificação**, no qual “há então uma identificação total do indivíduo com as tipificações que lhe são atribuídas” e, acrescentando, “os papéis podem ser reificados da mesma maneira que as instituições”.

Esta apreensão pode ser positiva ou negativamente acentuada em termos de valores ou emoções". Exemplificando: os padrões estéticos de beleza que têm sido impostos nas últimas décadas conduzem as mulheres aos maiores sacrifícios, a fim de se sentirem belas e desejáveis. Assim, chegamos ao conceito de **estereótipo**, onde o indivíduo se transforma num padrão, sendo este facilmente identificado.

ESTEREÓTIPOS:

Com a absolutização do ser, ou melhor, com o "encaixe" das pessoas em formas pré-moldadas, nos remetemos a uma questão muito interessante: a importância do **outro** nas nossas vidas. O outro entendido como um elemento "externo" ao nosso próprio eu. Esbarramos numa questão que diz respeito à Filosofia e à Psicologia: podemos considerar que exista um outro absolutamente "externo"? Até que ponto tudo aquilo que passa pelo âmbito do nosso conhecimento teria uma representação mental com os correspondentes valores? Temos a clareza de que não estamos abraçando uma visão idealista de que aquilo que não se conhece não existe. Estamos apontando que o se conhece passa necessariamente por um sistema hipercomplexo de percepções que constroem comportamentos, segundo E. MORIN (1979). Assim, o outro, seja o imediatamente percebido, seja aquele que se encontra velado pelo ideológico, é filtrado por cada um de nós e penetra em nossa compreensão, tomando-se mais um ingrediente, mais ou menos próximo da realidade, e de nossas interpretações da mesma. Assim, a malha ultra delicada e complexa das interpretações, e conseqüentemente as atitudes humanas referem-se sempre a dois planos: aos fatos e às suas versões.

Então, quanto mais o fato deixa de sê-lo, para se tomar versão, mais se aproximará do ideológico e exclusivamente centrado no microcosmo individual. Perde, assim, sua riqueza de tonalidades, suas diferentes facetas, suas múltiplas possibilidades. Podemos entender que a versão restringe e empobrece a realidade, aproxima-se do estereótipo (Luft, 1978).

Parece-nos que o ser humano vive constantemente às voltas com uma luta: como é a realidade? De acordo com o que expusemos, entendemos que o trabalho que se coloca é: como podemos nos aproximar mais dela (realidade)? Este trabalho seria o exercício constante de tentar abandonar as versões e ir em busca de tudo o que um fenômeno contém, ou melhor, traz junto a si. Então, voltando ao propósito inicial de nossa explanação, diríamos que o estereótipo é uma versão que é extremamente empobrecida e desprovida de possibilidades. Nesta medida, o professor que se torna estereotipado, constrói relações pobres, do ponto de vista humano, que é tão pleno e cheio de modulações.

O estereótipo funcionaria como um par de antolhos. A pessoa deixa de ver o que se passa e, depois de algum tempo, "adquire" os antolhos, ou seja, não precisa mais usá-los.

Simplesmente olha apenas para a mesma direção. O mecanismo que atua no sentido de restringir o ângulo de visão é o que chamamos de **repressão** (FREUD, 1905). Sabe-se que a repressão emerge do meio ambiente. Melhor dizendo, é um mecanismo de ordem social estabelecido pelo grupo, que passa a fazer parte de uma determinada cultura e acaba por constituir-se como "natural". Nesta medida, identificamos a repressão pelo senso comum, como "normal". Então considera-se "normal" que se estabeleçam padrões comportamentais diferenciados para meninos e meninas, assim como há uma expectativa no que se refere ao comportamento de homens, mulheres, patrões, empregados, pais, filhos, professores e alunos. Percorremos, a partir da infância e ao longo da vida, uma sucessão de papéis pré-estabelecidos, mais ou menos variados. Há um elenco para que a escolha seja feita, mais os modelos já estão prontos. Cabe a nós escolhê-los? Sim e não. Sim, porque há uma pequena e relativa margem de possibilidades em que ao individual é permitido circular. Não, porque as formulações pré-existem e só nos resta apenas dizer: quero este. Perguntaremos, então: será que poderiam existir modalidades que não fossem se constituindo à medida que o indivíduo fosse experimentando novas situações? Sabemos que a convivência em sociedade exige o estabelecimento e a aprendizagem de normas (LANE, 1983).

*"A necessidade de
pertencer a um grupo o
conduz a um risco de vestir
um modelo uniforme,
pouco adequado às suas
necessidades individuais"*

Sem elas não seria possível a convivência e sobrevivência do homem (FREUD, 1920). Esta é uma contradição insolúvel. A homonização (MORIN, 1979) torna-se possível pelo universo social, que inclui o trabalho, o imaginário, a hipercomplexidade do nosso cérebro. Este processo é um produto da interação entre os homens e entre homem-natureza. Aí nós deparamos com a **interdependência** (LUFT, 1978). Todo esse movimento de interpenetrações e conseqüentes transformações assume uma dimensão de proporções tão grandes como as combinações matemáticas, além até do que podemos supor racionalmente.

O estereótipo nos conduz, usando a metáfora matemática, às operações mais simples: soma e subtração. Com isso, desejamos demonstrar que há um empobrecimento significativo da personalidade, da capacidade de análise e interpretação da vida afetiva. O mundo passa a ser bi-dimensionado. É enxergado segundo "verdades" que são aceitas sem nenhum questionamento. Uma vez, junto a um grupo de alunos, perguntamos: "porque existe o "casamento" ?". Ouvimos a seguinte resposta: "porque sempre foi assim" ou "é o que a sociedade deseja". Podemos observar que os padrões comportamentais ou melhor, o que socialmente se espera do indivíduo é tido por ele como "normal" ou "natural".

E OS PROFESSORES ?

Professores são seres humanos. São, portanto, suscetíveis a todos os mecanismos sociais, como qualquer outra pessoa. Além disso, há a modelagem da comunidade profissional. Neste momento, se impõe uma pergunta: o que é ser professor ? Ou melhor, qual é a identidade do professor ?

Não conhecemos na universidade brasileira nenhum programa em que se reflita sobre quem é o professor. O que ocorre freqüentemente são conversas informais que acabam por fortalecer concepções já conhecidas. Este movimento é tido como **legitimação** (BERGER E LUCKMANN, 1989). Para que uma instituição exista e permaneça, é necessário que seja constantemente legitimada. Desta maneira reconhecida, aceita, internalizada. No entanto, estes processos carregam em si, potencialmente, os germes do **conflito**.

Em Psicologia Social, sabemos que o conflito (LEWIN, 1965) faz parte de toda a situação humana. Isto significa dizer que, a qualquer instante, vivemos a necessidade de realizar escolhas.

Temos sempre que optar: desde a roupa que vamos vestir até o fato complexo de mantermo-nos vivos. Ora, quando diversos indivíduos interagem em grupos, eles carregam dentro de si sua história e histórias, suas necessidades, desejos e projetos. É no trabalho de interação que esses micro-universos começam a se superpor, atualizando-se, modificando-se. O grupo (ou grupos) tem potenciais insuspeitados e é a partir deles que se estabelecem os meios para que as pessoas envolvidas lidem com os conflitos interpessoais usando mecanismos, sejam de negação (isso não existe!), afastamento ("não quero saber desse problema") ou confrontação ("como podemos resolver este problema ?"). Quando, então, as pessoas estão mais voltadas para os papéis que têm de representar (e de dar conta deles), os estereótipos se tomam mais presentes que as próprias pessoas. Os conflitos passam mais e mais a serem negados e deparamo-nos com a gradual paralisia e impotência dos indivíduos. O quadro que se forma é o de excessiva burocratização, acusações e defesas, tensões não explicitadas e/ou explosões aparentemente incompreensíveis. Surge a necessidade de uma hierarquização rígida e o fluxo de informações não funciona. O relacionamento interpessoal torna-se frustrante e as pessoas desenvolvem uma enorme capacidade de desconfiar. Não é difícil concluir que é uma situação organizacional neurótica.

Criar condições para que se instale, numa instituição, um clima de confiança mútua, produtividade, criatividade e satisfação não é simples. As intervenções deverão ocorrer em diversos níveis. No momento, vamos nos referir somente às relações interpessoais. É muito importante que se estimulem intensamente:

1. programas em que professores, funcionários e alunos possam conversar sobre questões atinentes a todos eles;
2. programas de treinamento em relações interpessoais;
3. maior número de seminários internos;
4. a criação de grupos de trabalho interdisciplinares;
5. a criação de mecanismos que promovam a interação constante entre as universidades dentro do Estado do Rio de Janeiro;
6. a instalação de grupos que discutam a IDENTIDADE DO PROFESSOR.

Como já foi dito anteriormente, os grupos têm potenciais insuspeitados. Esses potenciais podem estar voltados para objetivos que levem a sociedade a um aperfeiçoamento e qualidade de vida melhores. O mundo vive um momento particular em que a tecnologia tem sido valorizada a ponto de ser mitificada. Isso pode se tornar perigoso, podendo mesmo haver uma inversão de valores: as máquinas em primeiro lugar!

A vida humana exige cuidados que vêm sendo desprezados. Às vezes, tem sido tratada como um incômodo. Os mecanismos descritos neste trabalho, quando em funcionamento, tornam-se insidiosos, cronificam, adoecem a vida, desdobram-se em pequenas e venenosas víboras invisíveis e mortais. As questões de ordem humana precisam ter seu lugar ao lado das técnicas, para poder caminhar de mãos entrelaçadas, como um casal que se ama.

** Professora Assistente do Departamento de Fundamentos da Educação - CCH / UNI-RIO*

BIBLIOGRAFIA

- BERGER, P., LUCKMANN, T. A Construção Social da Realidade. Ed. Vozes, Petrópolis, 1991.
FREUD, S. Obras Completas. Ed. Imago, RJ, 1974.
LANE, S. O que é Psicologia Social. Ed. Brasiliense, SP, 1982.
LEWINE. Teoria de Campo em Ciências Sociais, Livraria Pioneira, SP, 1965.
LUFT. Introdução a Dinâmica de Grupo, Moraes Editores, Lisboa, 1978.
MORIN, E. O Enigma do Homem, Zahar, R.J., 1979.



NÚCLEO DE ASSISTÊNCIA INTEGRAL À SAÚDE (NAIS)*

- fase preliminar de um processo de construção.

EDSON F. LIBERAL **

FLORENCE ROMIJN TOCANTINS ***

MARIA FERNANDA CORREIA MASCARENHAS ****

*"...abram os muros do hospital.
Não construam castelos e, ainda
menos, castelos no ar".*

(Medicus Mundi, 1979:48).

O I Encontro de Extensão da UNI-RIO (1993) foi fator facilitador para o conhecimento entre profissionais de saúde da Universidade que, pela identificação ideológica da concepção de saúde, iniciaram a formalização do Núcleo de Assistência Integral.

A proposta de criar o Núcleo de Assistência Integral à Saúde (NAIS) tem por fundamentos básicos a concepção de saúde e a questão da interdisciplinaridade no contexto universitário.

Nesta proposta, a saúde é entendida não como algo abstrato, centrado em instituições, mas concreto e refletido pelas condições de vida de uma população, condições de saneamento, habitação, acesso e garantia de atendimento nos serviços públicos, entre outros.

A interdisciplinaridade traz, segundo Sá (1989), uma nova concepção do saber, rompendo fronteiras entre disciplinas e posturas, recompondo fragmentações e reconstruindo convergências. Desta forma, tem-se por proposta, trilhar um novo caminho que permita uma exploração mais rica da análise e da intervenção social frente as questões de saúde.

Dentro deste enfoque, é fundamental romper com o corporativismo e trabalhar com o coletivo das ações, das intervenções, mediante uma metodologia participativa que envolva os diferentes segmentos-usuários, profissionais - promovendo uma aproximação da realidade vivenciada por ambos.

Mediante esta ótica, profissionais-docentes e

assistenciais - da área de saúde (enfermeiros, nutricionistas, psicólogos, assistentes sociais e médicos) deram início a um processo de construção de um Núcleo para implantar e implementar a assistência integral à saúde, tendo por referência o Hospital Universitário Gaffrée e Guinle.

O Hospital Universitário deve se integrar ao SUS (Sistema Único de Saúde) em toda a sua plenitude, levando em consideração a sua importância, abrangendo a área programática definida e mantendo-se como referência nas especialidades. Neste particular, necessita de maior incorporação da tecnologia.

O hospital-escola deve atuar dentro de uma área, estabelecendo os limites de um "distrito docente-assistencial", e devendo participar da coordenação/gestão do SUS.

Segundo Rezende (1989), a oferta de atenção à saúde deve ter, portanto, como referência fundamental, as necessidades de saúde da comunidade, sejam elas sentidas ou não sentidas. A doença precisa ser vista como uma intercorrência na vida do homem. Assim urge que medidas de prevenção e profilaxia tenham espaço nas ofertas de atenção de saúde. O hospital deve ter o papel redimensionado nessas ofertas e na formação de recursos humanos para a saúde.

O modelo assistencial proposto pelo SUS pressupõe participação da população na identificação das necessidades, na proposição e discussão de soluções e na avaliação e controle dos serviços.

Neste modelo assistencial, a integralidade é entendida como sendo capaz de assegurar o direito à atenção à saúde, da atenção preventiva à atenção curativa, sem perder de vista a importância da compreensão do indivíduo em sua totalidade e da coletividade em sua singularidade.

***"Dentro deste enfoque,
é fundamental romper
com o corporativismo e
trabalhar com o
coletivo..."***

Um outro marco importante do Núcleo é o atendimento da indissociabilidade do ensino, da pesquisa e da extensão em um trabalho universitário.

O Núcleo tem, como objetivo geral, desenvolver um maior compromisso profissional e social com a população, mediante um programa de assistência integral à saúde, tendo em vista a indissociabilidade da pesquisa-ensino-extensão.

Como estratégias iniciais, estamos desenvolvendo:

- a) marcos referenciais para o Núcleo;
- b) discussão do PAISC (Programa de Assistência Integral à Saúde da Criança);
- c) diagnóstico da nossa população alvo.

Os marcos referenciais e a discussão do PAISC ajudam a uniformizar e nortear a atuação básica dos profissionais.

O diagnóstico da nossa população alvo tem sido feito através da disciplina de Enfermagem Comunitária II, com participação de membros do NAIS.

Inicialmente, foi feita uma análise da população usuária dos ambulatórios do HUGG, particularmente da pediatria. No momento, por meio de atividades extra-muros, está sendo iniciada uma nova fase de diagnóstico, abrangendo uma microregião da VIIIª Região Administrativa, na qual se inclui o HUGG/Hospital-Escola da Universidade.

Com o desenvolvimento desta primeira fase, em que profissionais da saúde começam a identificar uma engrenagem comum, entendemos que é fundamental a participação de outras escolas da Universidade no Núcleo como Educação, Direito, Teatro e Música. Certamente estas escolas contribuiriam nas formulações que enriqueceriam o Núcleo e poderiam desenvolver inúmeros projetos condensando pesquisa, ensino e extensão.

Não pretendemos como este texto a elaboração formal de um artigo, mas sim dinamizar a informação e facilitar a participação de todos os segmentos da Universidade.

** Integrantes:*

HUGG - Aline Doria Sobral Vieira - Divisão de Nutrição
Elza Ignácio de Souza - Divisão de Enfermagem
Maria Fernanda C. Mascaranhas - Serviço Social
Vania Speiski dos Santos - Serviço de Pediatria

EMC - Edson F. Liberal - DEMEG

EEAP - Aldozinha do Carmo Santos - Departamento Materno Infantil
Angelina Maria Aparecida Alves - Departamento Materno Infantil
Florence Romijn Tocantins - Departamento de Enfermagem em Saúde Pública
Maria do Carmo A. de Mello - Departamento de Enfermagem em Saúde Pública
Maria Filomena P. Vancellote Almeida - Departamento Materno Infantil
Wellington M. de Amorim - Departamento de Enfermagem em Saúde Pública

EN - Lucia Gomes Rodrigues - Departamento de Nutrição em Saúde Pública

** Professor Assistente - Chefe do Ambulatório de Pediatria do HUGG (UNI-RIO)

*** Professor Adjunto - Departamento de Enfermagem em Saúde Pública (EEAP/UNI-RIO)

**** Assistente Social do HUGG (UNI-RIO)

Bibliografia:

- SÁ, Jeanete L. Martins de (org.) Serviço Social e Interdisciplinaridade. São Paulo: Cortez, 1989
MEDICUS MUNDI; Novos Caminhos na Promoção da Saúde. São Paulo: Paulinas, 1979.
REZENDE, Ana Lucia Magela de : Saúde: dialética do pensar e do fazer. São Paulo: Cortez, 2ª ed., 1989.
BODSTEIN, Regina (org.). Serviços Locais de Saúde: construção de atores e políticas. Rio de Janeiro: Relume - Dumará, 1993.

A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NA ÁREA DA SAÚDE

REGINA C.R. STELLA *
SAMUEL GOIHMAN **

Na Universidade pública moderna voltada para o desenvolvimento, a extensão constitui uma atividade fim como o ensino e a pesquisa concedida como prática capaz de romper com o isolamento das instituições de ensino superior, pela sua interação com a sociedade, em um modelo adotado por algumas universidades públicas no início da década de 60 e que sofreu uma distorção com o golpe de 64. As forças que dominam então a ordem social, operando através do poder político instituído, fazem com que **passa a predominar no espaço universitário a concepção de extensão "prestação de serviços" à comunidade, multiplicando-se os programas extensionistas com forte conotação político-ideológica** (Melo apud Robinson, 93).

O entendimento de extensão como atividade-fim é retomado por ocasião do I Encontro Nacional de Pró-Reitores de Extensão em 1987, sendo conceituada como **o processo educativo, cultural, e científico que articula o ensino e a pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre a Universidade e a sociedade**.

A identificação de toda prestação de serviços como atividade de extensão, na Universidade-Empresa tem sido objeto de questionamento e até negada (Sant'Anna, 93). Cumpre ressaltar, todavia, que vários autores compromissados com a Universidade Pública utilizam a prestação de serviços como sinônimo da extensão, conforme observamos em Cunha, 91:

"Nas verdadeiras instituições de ensino superior o ensino é apenas uma das suas atividades, embora seja sua finalidade mais importante. Elas pesquisam, desenvolvem produção cultural e artística e prestam serviço (nem sempre vendem serviço)".

Gianotti, 86, no seu livro *A Universidade em Ritmo de Barbárie*, coloca como atividades-fim de

universidades, o ensino, a pesquisa e a prestação de serviços. Já Reis, 93 afirma que **"historicamente a extensão universitária no Brasil vem apresentando duas linhas básicas quanto a sua conceituação e práxis:**

a) **Eventista-Inorgânica** - centrada no desenvolvimento de serviços ou na realização de eventos, de maneira geral isoladas ou desvinculadas do processo ensino-aprendizagem e da produção de conhecimento da Universidade.

Aqui se inscrevem as iniciativas que, atendendo às características acima, se apresentam sob forma de:

- Difusão do conhecimento, tais como cursos, seminários, palestras, conferências, mesas redondas, etc.

- Difusão da cultura, a exemplo da apresentação de peças teatrais, orquestras, corais, grupos folclóricos, filmes entre outros.

- Prestação de serviços sob forma de assistência técnica, jurídica, de saúde, educacional, etc.

b) **Processual-Orgânica** - centrada no desenvolvimento de ações de caráter permanente, imbricadas ou coerentes ao processo formativo (ensino e à produção do conhecimento) da Universidade".

Assim, somente a conceituação Processual-Orgânica se identifica com a estabelecida pelo I Fórum de Pré-Reitores, negando a prestação de serviços a possibilidade de ser prática transformadora da sociedade.

A caracterização da Assistência em Saúde na Universidade Pública como atividade de extensão é o nosso objeto de preocupação, tendo sido levado ao VIII Encontro Nacional do Fórum de Pró-Reitores de Extensão.

"Os cursos da área da saúde ... desenvolvem atividades ... umas claramente designadas como extensão ..."

Os cursos da área de saúde, além do ensino e da pesquisa, desenvolvem atividades de atenção à saúde: umas claramente designadas como extensão e outras geralmente como prestação de serviços. Entre as atividades de extensão encontramos, de um lado, as eventistas-inorgânicas, como cursos e conferências que, embora desvinculadas do processo de ensino-aprendizagem, não o estão totalmente do processo de produção de conhecimento gerado na instituição. Por outro lado, se enquadram como atividades extensionistas de caráter processual orgânico, aquelas de atenção à saúde realizadas "extra-muros" junto a comunidades relativamente pequenas de características delimitadas, com interação sujeito-agente entre a população, alunos (graduandos e pós-graduandos) e professores. A questão a ser debatida refere-se à caracterização da assistência intra-muros, que, mesmo não se diferenciando na essência das práticas das atividades extra-muros, é considerada apenas como prestação de serviços.

Idealmente, o Modelo Assistencial proposto pelo SUDS (e subsequentemente pelo SUS) pressupõe, enfim, uma ampla e direta participação da população na identificação de necessidades, na proposição e discussão de soluções e na avaliação e controle dos serviços. A participação conjunta de alunos, professores, profissionais dos serviços e representantes da população na discussão de problemas concretos de saúde será altamente motivadora e contribuirá, sem dúvida, para o aperfeiçoamento da formação da coletividade acadêmica (MEC, 1988).

O atendimento prestado pelos complexos ambulatoriais-hospitalares está vinculado ao SUS, sendo financiado pelo Ministério da Saúde com recursos que provém fundamentalmente da contribuição previdenciária dos trabalhadores. A vinculação ao SUS não pressupõe que a Universidade controle todos os sistemas, mas que tenha Unidades de Saúde em todos os seus níveis hierárquicos de atendimento, articulando-se com o processo pedagógico-científico respeitando a sua função no Sistema de Saúde como um todo, caracterizando-se portanto como prática Processual-Organica de tal forma que as populações objeto do ensino e pesquisa são consideradas sujeitos do conhecimento. Cumpre ressaltar que nos hospitais universitários o atendimento não se limita ao aspecto curativo e que a transmissão de conhecimento tem um peso significativo no processo. Lembramos, também, que é possível vislumbrar outros tipos de atendimento não vinculados ao SUS, que não necessariamente comprometam as atividades-fim, mais compatíveis com as idéias de Universidade-Empresa.

Finalmente, para nós está claro que a atividade de atenção à saúde como um todo deva ser entendida como extensão, com ou sem o nome de prestação de serviços, desde que esteja não só devidamente planejada e integrada ao ensino e à pesquisa, bem como seja exposta a um sistema de avaliação.

* Profª Adjunta Depto. Bioquímica e Diretora do Dept. de Assuntos Estudantis e Registros Gerais (EPM)
 ** Profª Adjunta Centro Informática em Saúde Escola Paulista de Medicina - DAERG

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ROBINSON, Carlos Alberto. A Extensão Universitária no Brasil. I Fórum de Extensão da UDESC. Anais pag 17. Florianópolis, 1993.
- SANT'ANNA, Heloisa Helena Nunes. A Extensão Universitária e a Prestação de Serviços. I Fórum de Extensão da UDESC. Anais pag 35. Florianópolis, 1993.
- CUNHA, Luiz Antônio. A Gratuidade do Ensino Superior Público: Da Proibição À Garantia Constitucional. In: Jacques Velloso. Universidade Pública: Política, Desempenho, Perspectivas. Campinas, S.P. Papirus, 1991. Pag. 31-56.
- GIANOTTI, José Arthur. A Universidade em ritmo de barbárie. São Paulo, Ed. Brasiliense, 1986.
- REIS, Renato Hilário dos. A Extensão Universitária: conceituação x práxis. I Fórum de Extensão da UDESC. Anais pag 35. Florianópolis, 1993.
- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Universidade Integrada ao Sistema de Saúde, Brasília, 1988. 8 p. Mimeografado.

SEGURANÇA ALIMENTAR UM DESAFIO PARA AS UNIVERSIDADES

ANA MARIA DANTAS SOARES *

1. Breve histórico sobre a participação das Universidades na Ação da cidadania

A Ação da Cidadania contra a Fome, a Miséria e Pela Vida, iniciada em 1993, por iniciativa do sociólogo Herbert de Souza, desencadeou um grande movimento de solidariedade em todo o país que, alertado sobre os números dolorosos e vergonhosos da miséria e da fome que assolam todo o território nacional, mobilizou-se para o enfrentamento dessa situação, tanto emergencialmente, quanto na busca de soluções estruturais capazes de instaurar e/ou restaurar a verdadeira cidadania e uma ética efetiva na vida da nação.

Em março de 1993, quando da realização de sua reunião anual, o Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras - CRUB, assumiu o compromisso de colocar as Universidades na luta contra a fome e a miséria e pela cidadania. A "Carta de Manaus" expressa o empenho do CRUB em participar efetivamente nas ações e lutas pela cidadania. Grande número de Universidades instalou seus Comitês da Cidadania e algumas outras optaram por participar no fortalecimento dos Comitês Municipais. Em ambos os casos a atuação tem se dado junto à comunidade, principalmente na direção da promoção da conscientização da sociedade.

Com a criação do Conselho Nacional de Segurança Alimentar - CONSEA, em maio de 1993, pelo Presidente da República, como órgão de aconselhamento da Presidência e composto por 9 Ministros de Estado e 21 representantes da Sociedade Civil, dos quais 19 indicados pelo Movimento pela Ética na Política, as ações passaram a ter um organismo central de articulação, planejamento e acompanhamento. No âmbito das Universidades, foi criada uma Coordenação Executiva, junto ao CRUB, liderada pelo prof. Antonio Ibanez Ruiz, membro do CONSEA e ex-Reitor da UnB.

Diversas reuniões aconteceram em Brasília, com o objetivo de intercambiar informações sobre as atividades das Universidades e, principalmente, de discutir as formas de atuação e a real inserção da comunidade universitária na luta pela construção de uma sociedade mais digna, colocando suas atividades de ensino, pesquisa e extensão a serviço da Ação da Cidadania, de forma planejada e científica, atuando desde o mapeamento da situação de miséria e das reais necessidades, até as alternativas possíveis, a integração de conhecimentos e de ações capazes de construir estratégias para enfrentar os problemas estruturais da sociedade brasileira.

“A interdisciplinaridade é a pedra de toque para o desenvolvimento de programas, projetos e atividades.”

No período de 27 a 30 de julho, em Brasília, foi organizada, pelo CONSEA, a 1ª Conferência Nacional de Segurança Alimentar, com o objetivo central de promover a reflexão e o debate sobre Segurança

Alimentar, identificar alternativas de intervenção e propor diretrizes para a formulação de políticas públicas que a assegurem.

Essa Conferência foi precedida por Conferências Municipais e/ou Regionais e Estaduais que buscaram analisar as causas do problema, elaborar propostas de ações imediatas, a curto, médio e longo prazo, que permitam eliminar a miséria.

Grande número de Universidades realizaram Seminários Internos sobre Segurança Alimentar, como preparação para a participação das mesmas nas Conferências Estaduais e Nacionais.

No Rio de Janeiro foram realizadas três Conferências Regionais; em Volta Redonda, no Município do Rio de Janeiro e em Duque de Caxias.

Nos dias 27 e 28 de maio foi realizada a Conferência Estadual de Segurança Alimentar, que reuniu um número significativo de representantes das mais diversas entidades da sociedade civil, de órgãos

públicos e das Universidades Públicas do Rio de Janeiro. A Conferência discutiu, em Câmaras Setoriais, as principais políticas necessárias à implantação de um Programa de Segurança Alimentar e elegeu os Delegados representantes do Rio de Janeiro na 1ª Conferência Nacional de Segurança Alimentar.

2. Segurança Alimentar - uma política estratégica

Segurança Alimentar pode ser entendida como a garantia, ao alimento, a toda a população, com acesso regular, suficiente e a baixos preços.

Uma política de Segurança Alimentar deve, então, assegurar a toda a população, de modo perene, o acesso a alimentos em quantidade e qualidade adequados a uma vida digna. Desse modo constitui-se num papel estratégico para o modelo de desenvolvimento do país, devendo orientar políticas de caráter mais estrutural e não somente políticas compensatórias.

De acordo com o Texto Referência sobre Segurança Alimentar, veiculado pelo CONSEA, um Projeto Nacional de Segurança Alimentar só se concretizará se um conjunto de outras políticas for desencadeado. Pelo menos oito políticas devem ser implementadas para garantir a Segurança Alimentar, quais sejam:

- ✓ Política de Produção Agropecuária, visando principalmente uma maior autosuficiência regional em alimentos básicos, reduzindo o seu custo;
- ✓ Política de Infra-Estrutura, envolvendo saneamento, habitação, eletrificação e fontes alternativas de energia, recursos hídricos, etc.;
- ✓ Política Social, compreendendo Educação, Saúde e Assistência Social;
- ✓ Política Fundiária, colocando como pré-requisito a Reforma Agrária, como garantia para uma justa distribuição da terra;
- ✓ Política Científica e Tecnológica realmente voltada para as características do nosso país;
- ✓ Política Agroindustrial, buscando a interiorização e a desconcentração, estimulando a propriedade cooperativa e a pequena produção familiar;
- ✓ Política de Abastecimento, envolvendo desde a regulação de estoques, até a formação de estoques estratégicos para enfrentar conjunturas adversas;
- ✓ Política de Alimentação, voltada para a população que não consegue se abastecer no mercado por não dispor de emprego estável e renda suficiente.

Num determinado momento, são ações assistenciais que deverão ser substituídas a partir do ingresso desses segmentos na cidadania, no mercado formal de emprego.

3. Construindo a Universidade Cidadã - a proposta de atuação das Universidades Públicas do Rio de Janeiro

Mais do que nunca, ensino pesquisa e extensão têm de estar intimamente ligados, se quisermos pensar na construção de uma Universidade Cidadã, uma Universidade voltada para a formação de Profissionais-Cidadãos.

Os currículos acadêmicos, a proposta pedagógica da Universidade deve ter como eixo central a Cidadania para poder enfrentar a situação caótica em que se encontra o país.

As pesquisas, em todas as áreas do conhecimento, podem dar suporte a uma ação mais efetiva da Universidade no cumprimento do seu papel social.

A extensão deve, necessariamente, ser o elo de ligação, o re-alimentador das outras atividades, numa contínua troca de experiências entre Universidade-Sociedade.

A Segurança Alimentar se constitui numa grande oportunidade, um grande desafio para a Universidade exercer o seu papel de criação e crítica, de construção e reconstrução do saber historicamente situado e contextualizado.

A interdisciplinaridade é a pedra de toque para o desenvolvimento de programas, projetos e atividades que tenham como eixo a Segurança Alimentar e as políticas a ela vinculadas.

O envolvimento interinstitucional torna-se fundamental, aproximando saberes, preenchendo lacunas, complementando e somando esforços na luta pela dignidade do cidadão. E o desafio das parcerias apresenta-se cada vez mais forte e necessário: entre Universidades, entre Universidades e ONG's e outras entidades governamentais e da sociedade civil. Desafio de deixar de lado o corporativismo, o "bairrismo", e partir para o trabalho conjunto em prol da sociedade.

As Universidades Públicas do Rio de Janeiro, aceitando esse desafio, iniciaram uma discussão conjunta, a partir de seus órgãos de Extensão Universitária, constatando que ações individualizadas estavam sendo desenvolvidas mas que o fundamental agora é a soma de esforços para a construção da verdadeira universidade - cidadã.

Sob a coordenação da Universidade Rural, foi realizado, em 30 de maio, o 1º Seminário Interinstitucional sobre Segurança Alimentar, reunindo, na Reitoria da UNI-RIO, as cinco universidades públicas do Estado: UNI-RIO, UFF, UFRJ, UERJ e UFRRJ.

Na ocasião, o Prof. Antonio Ibanez Ruiz, coor-

denador nacional, falou sobre Segurança Alimentar e a importância da ação das Universidades, traçando o quadro atual nacional, no que se refere à Ação da Cidadania e à organização da Conferência Nacional de Segurança Alimentar. O coordenador da Conferência Estadual, Dr. Mauricio Andrade, discorreu sobre a organização daquele evento e deu destaque ao papel das Universidades no atual momento político do país, principalmente no que diz respeito à conscientização da sociedade sobre a necessidade de um empenho conjunto no resgate da ética e da cidadania.

Cada uma das Universidades presentes apresentou, em linhas gerais, as atividades que vem desenvolvendo relacionadas ao Movimento pela Ação da Cidadania, em especial as voltadas para a Segurança Alimentar.

Verificou-se que, seja através da atuação via um Comitê da Ação da Cidadania, criado na Instituição, seja por Programas e projetos preocupados com a questão, todas as cinco Universidades têm desenvolvido esforços, em especial na área de extensão, para atuar de forma efetiva junto à comunidade na resolução e problemas diagnosticados a partir da própria realidade dessas comunidades.

A distribuição de alimentos não tem sido a tônica dos trabalhos das Universidades. Eventualmente, algumas têm participado dessa forma emergencial de ação, seja promovendo shows, seja ajudando Comitês locais a fazer a distribuição de gêneros alimentícios. Observou-se, criticamente, não ser esse o papel da universidade, razão porque essa forma de atuar só tem se dado quando há uma necessidade real e de forma bastante eventual.

O centro da preocupação de todos tem sido a própria conscientização interna. Fazer com que docentes, discentes e técnico-administrativos entendam e assumam ser fundamental para a universidade colocar como eixo, como linha mestra de ação para a sua vida acadêmica, a Cidadania. Entender que não se pode mais formar um profissional sem que ele se veja como um cidadão e como tal, responsável pela construção de uma sociedade mais justa e fraterna.

Como fruto do Seminário Interinstitucional, foi redigido um documento, assinado pelos representantes das Universidades, em que é assumido um compromisso de implementação de um Programa Interinstitucional de Segurança Alimentar, a partir de algumas áreas temáticas, assim definidas:

- saúde, nutrição e educação;
- reforma agrária;

- produção, comercialização, distribuição e aproveitamento de alimentos;
- meio ambiente;
- reforma urbana;
- emprego e renda;
- comunicação social.

Para viabilizar tal proposta ficou definida a criação de um Fórum Permanente de Segurança Alimentar das Universidades Públicas do Rio de Janeiro, com o objetivo de estruturar o Programa de Ação, de integrar-se com outras entidades da sociedade civil e órgãos públicos também interessados no desenvolvimento dessas ações.

A primeira reunião desse Fórum aconteceu no dia 22 de julho, na Universidade Federal Fluminense.

Uma outra decisão do Seminário foi a realização de um Seminário sobre Extensão Universitária, que deverá ocorrer no segundo semestre letivo, em que um dos focos centrais de discussão deverá ser a questão da interdisciplinaridade.

Foi dado destaque também ao papel que as Universidades tem que assumir na denúncia de crimes contra a Segurança Alimentar, como o desperdício e/ou desvio de alimentos, principalmente da Merenda Escolar, a falta de controle de qualidade desses mesmos alimentos, entre outros.

O Documento final do evento foi entregue à Coordenação do Comitê Rio da Ação da Cidadania, quando da realização da Conferência Estadual de Segurança Alimentar e foi também enviado ao Coordenador Nacional dos Comitês Universitários junto ao CRUB.

Nos dias 5 e 6 de julho realizou-se, em Brasília, um Encontro Preparatório à Conferência Nacional, reunindo os Comitês das Universidades.

Acreditamos serem esses passos fundamentais para uma atuação mais consistente e engajada das Universidades Públicas. Um trabalho conjunto deverá enriquecer a prática cotidiana de cada Instituição, levando a um aprendizado contínuo de todos os envolvidos. Isso possibilitará a saída dos "nichos" do saber acadêmico para o aprendizado com a realidade da sociedade e, nesse processo de troca, serão criadas condições de formação de mentalidades, mudanças de atitudes, de intervenção política efetiva, de respeito às características sócio-culturais, de reflexão sobre a prática pedagógica, de transformação de processos na direção de uma sociedade em que a dignidade do cidadão seja o objetivo fundamental.

A sonhada Universidade Pública, Gratuita e de Qualidade pode e deve ser uma realidade se nós, que a fazemos existir e ser o que é hoje, estivermos dispostos a, juntos, transformarmos a Utopia na nossa prática cotidiana, o "dever de ofício" individual no prazer companheiro e coletivo de trabalhar para a construção de um viver melhor e de uma sociedade mais feliz.

** Professora Adjunta e Decano de Extensão da UFRRJ*

LEI DO DIREITO AUTORAL

Todos os direitos reservados e protegidos pela Lei 9.610/1998.

Este arquivo não pode ser reproduzido ou transmitido sejam quais forem os meios empregados: eletrônicos, mecânicos, fotográficos ou quaisquer outros.



UNIVERSIDADE E SOCIEDADE: A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA E SEUS LIMITES

LENILDA SOARES CUNHA *

O entendimento do papel da extensão universitária e sua função no relacionamento Universidade / Sociedade nos leva a buscar embasamento na explanação da sua realidade histórica, como forma de evitar um idealismo ou um casuismo fortalecedor das políticas sociais que tradicionalmente, no Brasil, caracterizam-se pela discriminação e exclusão de grande parte da população brasileira.

A maioria das Universidades Federais foi criada através da federalização de estabelecimentos privados de ensino superior que se associaram a estabelecimentos da esfera estadual ou municipal. Tal formação, através da junção de unidades de origens dispare, contribuiu para a indefinição de um projeto mais arrojado de Universidade.

Aliado a essa formação, o ensino superior no Brasil, ao longo de sua história, vem convivendo ou com pactos populistas que levam o Estado a ampliar as oportunidades de escolarização em todos os níveis, ou intercalados por regimes autoritários que mantêm o poder político sobre o sistema de ensino e o ordenamento segundo demandas políticas e ideológicas das classes dominantes, conforme assistimos no período do regime militar, especificamente no pós 68.

A extensão universitária surge como função própria e permanente da universidade pela Reforma de 1968. Inicialmente como um processo de sublimação do movimento estudantil, a extensão universitária procurou canalizar as demandas de participação política, de crítica ao subdesenvolvimento e ao imperialismo, para objetivos e práticas que reforçavam a ordem social e o próprio regime.

***“Ensino, pesquisa e extensão
se integrarão quando a
EXTENSÃO for entendida
como mediação entre o
ensino e a pesquisa”***

A lei 5540 menciona a extensão em nível inferior ao ensino e à pesquisa, mas o seu crescimento, as possibilidades dela advindas na produção de um novo saber e uma nova cultura, com postura crítica e repetido aos diversos saberes, logrou a consagração, na Constituição de 1988, com a indissociação entre o ensino, pesquisa e extensão.

Porém, o que se constata na realidade universitária brasileira é que não só a PESQUISA e a EXTENSÃO se caracterizam pela sua justaposição, como a articulação ENSINO e PESQUISA ainda é frágil, principalmente pela opção dos professores - pesquisadores de atuação na pós-graduação, deixando a graduação aos professores novatos ou não pesquisadores. Por último, constata-se também, que a articulação ENSINO, PESQUISA e EXTENSÃO ainda está por ser construída e é vital para a Universidade, porquanto instituição *sui generis*.

ENSINO, PESQUISA e EXTENSÃO se integrarão quando a EXTENSÃO for entendida como mediação entre ENSINO e a PESQUISA. A evocação da extensão como estratégia circunstancial ao ensino e à pesquisa, funções que ao longo dos tempos se sedimentam como tradicionalmente acadêmicas, pode representar o caráter peculiar da extensão tipicamente universitária.

As inúmeras críticas feitas à extensão nas Universidades dizem respeito ao seu caráter autônomo, aqui entendido como “desligado”, desvinculado das atividades - fim da Universidade, e que faz parceria do Estado através da oferta de serviços que são direitos constitucionais do cidadão, como: creches, ensino de 1º e 2º graus, habitação popular, saúde, defensoria pública, etc.

Ao se conceber a Universidade como uma instituição responsável pela produção e difusão de saber, desprovida de qualquer forma de “iluminismo redentor”; ao entendê-la como um aparelho de hegemonia com possibilidade de formação de intelectuais tradicionais ou intelectuais sensíveis à problemática de vida de grande parte da população brasileira, estaremos definindo um novo caráter político para a Universidade.

A Extensão que se pretende comprometida, sem imediatismo, nem clientelismo, deve:

- ✓ constituir-se em propostas departamentais;
- ✓ assumir o caráter de estratégia utilizada pelo ensino e pela pesquisa para atingir os ausentes da Universidade.
- ✓ estar atenta às demandas sociais por tecnologia, ciência e cultura como proposta de solução para que os problemas sociais possam ser minorados ou até resolvidos;
- ✓ ter como limite a transformação e não a conservação, enquanto instrumento efetivo da universidade realizando o seu compromisso para com o conjunto da sociedade;
- ✓ encontrar possíveis soluções numa atitude de participação, de aprendizado mútuo e sem fórmulas prontas;
- ✓ atuar por mediação e, dessa forma, absorvendo os recursos humanos e materiais do ensino e da pesquisa evitando o voluntarismo;

Os encontros do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão, instituído a partir de 1987, tem permitido a discussão e aprofundamento das questões conceituais, filosóficas e políticas da Extensão Universitária ao consolidar formas de articulação, de avaliação e de parcerias que fortalecem o entendimento da Universidade Pública como aquela que, mantida pela sociedade, tem com ela um compromisso.

Se as estatísticas apontam 32 milhões de miseráveis, esta é a base para as quais deverão ser encaminhadas as diretrizes que comporão a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira. Se a extensão universitária é entendida como um processo educativo, cultural e científico que articula o ensino e a pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre universidade e sociedade, necessária se faz uma atuação consciente junto aos movimentos sociais de forma a acrescentar algo de novo, algo que fuja ao senso comum, que avance no

entendimento das causas estruturais da discriminação social no Brasil, propondo ações que não fortaleçam o imediatismo.

A Extensão Universitária e o caráter utópico que assume (daí a sua força) propõe, em lugar do empresariamento da Universidade, a sua socialização, tendo como modelo a intensificação das relações sociais. Propõe-se assim, uma utopia que é a de colocar a serviço das classes dominadas uma instituição pertinente ao aparelho das classes dominantes. Se esta utopia pode ou não ser construída, responderá o futuro. O presente impõe a tentativa de construí-la, entendendo:

☞ O papel estratégico da universidade pública, que, mantida pela sociedade, possa abrigar os problemas, dúvidas e questões da maioria da população e, ao mesmo tempo, responder aos desafios da modernidade, aproximando pesquisa de ponta e pesquisa básica, formando profissionais diferenciados e comprometidos, sem fechar-se em si mesma por interesses corporativos e cartoriais.

☞ A função da extensão na oxigenação da própria estrutura acadêmico-universitária que, do confronto com os desafios e demandas sociais, imporá uma resposta menos compartimentada, portanto mais orgânica, que se sustentará não só no alargamento dos limites departamentais, mas na interdisciplinaridade e na indissociabilidade com o ensino e a pesquisa.

☞ O caráter - necessário - de mediação de extensão entre o ensino e a pesquisa. Esta só se justifica na medida em que a Universidade é anti-social e elitista nas suas funções de ensino e pesquisa. Quanto mais longe estiver a Universidade dos problemas vitais do povo brasileiro, mais a extensão deverá ser fortalecida. Quando, no entanto, Universidade e Sociedade conviverem pacificamente, a extensão perde a sua função, pois ensino e pesquisa estarão próximas à realidade e a extensão incorporada àquelas.

UNIRIO
Biblioteca

* Pedagoga / Assistente da Pró-Reitoria de Extensão da Universidade Federal Fluminense

A QUESTÃO NACIONAL: UM TEMA AINDA PRESENTE PARA A DEFINIÇÃO DE POLÍTICAS COMUNITÁRIAS NO BRASIL

MÁXIMO AUGUSTO CAMPOS MASSON *

A crise do regime autoritário brasileiro favoreceu a ampliação das críticas às orientações e práticas predominantes na grande maioria dos projetos comunitários e atividades extensionistas desenvolvidos entre nós, nas últimas décadas, independente dos mesmos possuírem ou não vínculos com organismos governamentais.

Essas críticas foram tanto de ordem política quanto acadêmica. Nas primeiras, o acento era dado sobre os móveis políticos configuradores desses projetos e suas intencionais motivações retrógradas: a despolitização das questões sociais; o fato deles estarem predominantemente sob a égide do processo da modernização conservadora; o assistencialismo; o enquadramento dos considerados "desviantes"; a integração social dos subalternos. Nas segundas, a ênfase recaiu sobre as insuficiências dos paradigmas que serviam de escopo para os projetos desenvolvidos, especialmente aqueles de extração estrutural-funcionalista, bem como na predominância de uma simplista percepção de teor neopositivista sobre as ciências, presentes seja nas equipes de trabalho, seja especialmente nos formuladores de tais projetos, em boa parte calcados nas proposições advindas de disciplinas acadêmicas de duvidoso estatuto científico "desenvolvimento da comunidade".

Denunciava-se então a presença de um etnocentrismo perpetuador de preconceitos e estereótipos acerca das populações identificadas como objeto de intervenção as quais, em decorrência dos interesses motivadores das políticas comunitárias, eram constituídas por segmentos populares pauperizados, localizados no campo ou nas periferias urbanas.

Em suma, generalizava-se o questionamento ao teor antidemocrático que norteava as relações entre técnicos e "comunidades" envolvidas, em que a busca de integração destas últimas se fazia pelo silenciamento dos interesses e discursos destoantes e/ou invisibilizadores da concretização dos interesses maiores, implícitos nas políticas comunitárias, bem como pela desqualificação, configurando-as como meramente ideológicas, de propostas que buscassem situar-se fora das proposições integracionistas.

O curso do processo de transição democrática, com o reaparecimento dos movimentos sociais, fez emergir na cena política agentes sociais tradicionalmente afastados dos centros decisórios. A ampliação da participação e a intensificação de reivindicações por serviços públicos, parcial ou totalmente não oferecidos, conjugadas com o emprego de formas de mobilização que o regime autoritário tinha praticamente banido, se fizeram acompanhadas muitas vezes do repúdio aberto e declarados dos objetivos oficialmente estabelecidos para os projetos comunitários.

"Hoje, repensar a temática nacional... tem implicações significativas... para a formulação de políticas comunitárias."

Por outro lado, a força agregadora e o aparente espontaneísmo dos novos movimentos sociais, apesar de redimensionar a esperança dos militantes e ativistas políticos progressistas no fim do regime autoritário, põem em cheque os esquemas explicativos da realidade social da maioria das organizações e agrupamentos políticos da esquerda brasileira, nos quais a ação organizada de vanguarda políticas localizadas se constituiria necessariamente em pressuposto para o desencadeamento dos chamados "movimentos de massa" e das posteriores mudanças estruturais. Estes esquemas, ao não coincidirem com uma realidade cambiante, ao contrário de serem um instrumento auxiliar para intervenção política, tornavam-se obstáculos ao seu próprio fortalecimento, pois não raramente procurava-se enquadrá-los dentro das explicações teleológicas implícitas ao quadro analítico do pensamento de esquerda nacional.

As insuficiências dos retratos sociológicos traçados por estes modelos ideológicos vieram a estimular posições políticas sobrevalorizadoras das características culturais dos segmentos populares. Essas associaram, de modo unilateral, toda e qualquer proposição que buscava se apresentar como dotada de cientificidade a práticas políticas autoritárias e disciplinadoras, tendia-se portanto a tomar o discurso científico como uma variante da "ideologias dominantes" de caráter faccioso, burocratizante e comprometido com interesses alheios aos dos segmentos populares.

Este extremado culto à espontaneidade e à legitimidade dos sabores populares proporcionou a constituição de uma forma de agir político, que no jargão de militantes e ativistas veio a se denominar de "basismo", no qual a cultura popular desempenhava aparentemente o papel de autoridade política maior, elemento legitimador da prática política.

Mas o final do regime autoritário não se fez acompanhar de mudanças altamente qualitativas nos níveis de participação popular na sociedade civil, impossibilitando, como aspiravam certas correntes político-ideológicas, a concretização de uma completa independência dos movimentos populares frente a antigas e tradicionais instituições da sociedade, como partidos políticos ou organizações situadas fora do espectro da esquerda. Ocorria, não raro, uma retomada das práticas populistas, as quais boa parte dos ativistas de esquerda acreditava fazer parte apenas do passado da história brasileira.

O processo de transição política, ao ter tido sua direção hegemonizada por forças políticas conservadoras, terminou por ser também um elemento atenuador da potencialidade participativa das classes sociais subalternas, demonstrando que a força dessas era muito menos efetiva do que alguns acontecimentos da cena política nacional pareciam mostrar. E mais, que um certo espanto com a presença política dos subalternos decorria muito mais do fato de nossa tradição histórica de excludência social circunscrever o exercício da cidadania exclusivamente aos poucos segmentos sociais situados no interior das classes dominantes ou em sua órbita.

A não confirmação destas esperanças mais generosas de intensificação da participação popular de novo tipo, levou a alterações tanto das expectativas quanto das orientações de técnicos, ativistas políticos e militantes de ONGs.

O desvanecimento de qualquer pretensão de perscrutar na história alguma verdade escatológica, se positivo por vários aspectos, proporcionou por sua vez uma forte tendência a um elevado grau de isolacionismo,

no que concerne a propostas políticas mais globais por parte de organizações que estão desenvolvendo trabalhos de ordem comunitária. E a perda de referenciais e de formulações mudancistas de ordem mais geral termina por restringir as propostas e lutas desencadeadas a objetivos de modo muito restritamente particular. Ainda que não estejamos mais presos aos visionismos de todo mecanicismo determinista pseudoestruturalista, permanece sendo necessário articular mudanças no cotidiano social com transformações estruturais, o que inevitavelmente faz com que seja retomada hoje, enquanto temática relevante, a questão da nação.

Hoje, repensar a temática nacional diante das práticas políticas e da tradição intelectual, a qual elas estão relacionadas, tem implicações significativas para todos aqueles que se voltam ou para o trabalho ou para a formulação de políticas comunitárias, inclusive aos mais diretamente vinculados a atividades extensionistas, habituais na instituição universitária. De modo geral, é sob a forma da luta pelo direito ao exercício da cidadania, ou mesmo como formuladores desta última, que os movimentos sociais têm, no transcurso dos anos noventa, se apresentado no cenário social brasileiro, e não na condição de representações do interesse, seja do trabalho, seja do capital. A força de movimento como o da Ação pela Cidadania tem sido geralmente apresentada pelos meios de comunicação como fundada no fato do que o único requisito para tornar-se dele participante é ser cidadão. Movimentos deste tipo, ao assumirem como seu ponto de identidade o exercício coletivo da cidadania estão, mesmo que de modo inconsciente, inserindo em suas ações a problemática da nação, visto que a progressiva democratização da ordem política é um dos elementos mais diretamente concernentes à constituição dos estados nacionais na modernidade.

Isto faz com que toda intervenção ou formulação que busque atentar para alguns aspectos que, embora a eles relacionados, excedam aos afazeres das questões imediatas do cotidiano dos movimentos, tenda a voltar-se para a discussão da problemática nacional e de sua constituição histórica, sem que isto venha a significar a revalorização de velhos modelos explicativos, mas sim a construção de novos modos da nossa ordem social.

* Professor Assistente do Departamento de Ciências Sociais e Filosofia. Centro de Ciências Humanas da UNI-RIO.

VIVÊNCIA NO TRABALHO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA: UM DEPOIMENTO

REGINA GUEDES MOREIRA GUIMARÃES *

*"A experiência intensa é inefável,
mas uma vez conhecida é inconfundível"*

Wilfred R. Bion

Em setembro de 1993, a partir da solicitação da professora Malvina Tânia Tuttmann Diegues⁽¹⁾, fui convidada pelo Professor João Carlos Côrtes⁽²⁾ a representar os docentes de minha unidade junto ao Departamento de Extensão da UNI-RIO. No dia 27 do mesmo mês, conheci pessoalmente a equipe, os outros representantes e pude entender melhor o Projeto de Extensão (Documento 1/93) em seu referencial teórico, em suas etapas para "Elaboração Coletiva do Plano de Ação e sua Implementação".

Esta reunião representou para mim um momento de "semeadura". O que eu conhecia sobre esta terceira função da Universidade era limitado. A professora Malvina, neste dia, fez conosco a leitura do Documento 1/93 (volta e meia a ele recorro) e nos forneceu esclarecimentos sobre o trabalho da equipe de extensão. Vários itens contidos no documento chamaram minha atenção e alguns deles vou reproduzir, na medida do necessário, para que os leitores possam me acompanhar no depoimento que aqui faço.

No item 1.2. (referencial teórico) encontramos a idéia de que a "extensão universitária é, hoje, percebida como função articuladora entre ensino, pesquisa e a realidade social... veículo de comunicação da comunidade acadêmica e da sociedade, possibilitando, a cada uma das partes, o enriquecimento necessário ao processo integrador de produção útil de conhecimento".

Conheci, então, um objetivo claro da função de extensão: em sua prática, integra as duas outras funções e possibilita a cada uma das partes funcionar de uma forma conjugada e em sua totalidade.

A compreensão teórica ficou clara para mim, mas a experiência prática me faltava...

Veio o I Encontro de Extensão da UNI-RIO (13 a 15 de outubro de 1993). A professora Maria do Carmo Pereira⁽³⁾ entusiasmou-se e passou a representar, também, o IB./ECB, iniciando sua atividade de extensão junto ao Projeto São Carlos; foram identificados projetos/atividades em desenvolvimento, em criação, e encaminhados ao Departamento de Extensão; definidas as linhas da extensão: lançado o primeiro número da Revista de Extensão. Nestes três meses, de outubro a dezembro, "fui entrando no clima", como costumamos dizer no cotidiano.

Seguindo a metáfora, pensava: - "A semente, já então semeada, leva um tempo para germinar". É isso mesmo! "Germinação", no sentido figurado, é uma expansão que pode parecer lenta, mas se dá num ritmo singular, é uma evolução.

A minha participação no Núcleo de Extensão ia se definindo, ia germinando. Via os colegas realizando suas atividades extensionistas e isto era convite para realizá-las também. No documento 1/93, no item 2, segunda etapa, são esclarecidas as finalidades dos Núcleos de Extensão. Transcrevo duas delas: "prestar consultoria as Departamentos de ensino para elaboração de projetos coletivos, tendo em vista as linhas de extensão definidas e identificar projetos / atividades em fase de desenvolvimento ou conclusão".

(1) Diretora do Departamento de Extensão da PRPGPqEx da UNI-RIO.

(2) Diretor do Instituto Biomédico da UNI-RIO

(3) Professora Assistente do Departamento de Microbiologia e Parasitologia

Entendo o papel da extensão como facilitador do descobrimento de problemas geralmente sutis, porque subjetivos e/ou interdisciplinares, e que, muitas vezes, são difíceis de resolver, uma vez que não dizem respeito exclusivamente à área do conhecimento e muito menos a uma só pessoa.

O ano de 1993 encerrou-se com enorme satisfação: dia 28 de dezembro aconteceu o **lançamento da Revista de Extensão - Raízes e Rumos**.

Os trabalhos continuaram em 1994, até que ocorreu uma situação que me fez vivenciar esta função articuladora da extensão e me encontrei realizando um diagnóstico, uma ação e um projeto extensionista.

No início de maio, conversava com a professora Ilma Baptista de Souza⁽⁴⁾ e ela me contava sobre seu trabalho de coordenação junto a Secretaria Escolar do IB/ECB. Ela já havia me falado sobre esta atividade e eu sabia das transformações que se efetuaram no funcionamento da Secretaria com relação aos alunos, funcionários e professores. Marcamos um encontro para estudarmos uma ação extensionista, pois ela havia comunicado a idéia de criar uma atividade ou um evento para o aluno que "vai do 2º grau para a Universidade". Neste encontro, a professora Ilma foi me descrevendo seu trabalho: quando o começou, como o realizou, e eu vou percebendo que ela me falava de uma ação extensionista que acontecia há, pelo menos, 1 ano e meio e que eu não havia identificado - "morri de vergonha" e "nasci entusiasmada". A etapa que a professora Ilma estava pretendendo realizar era mais uma de uma série de outras que já havia acontecido e prosseguiram se aperfeiçoando.

A partir daí, e em cadeia, surgiram planos e idéias. Pudemos perceber a possibilidade de realizarmos, juntas, e com outras pessoas, professores, técnicos administrativos e alunos mais antigos, ações extensionistas da linha identidade e cidadania, que favorecem a integração do aluno à vida universitária, o desenvolvimento da identidade profissional... Pensei no Programa da disciplina de Psicologia e seus objetivos que podem encontrar extensões nestas ações, pensei na pesquisa desenvolvida pela disciplina.

Gostaria que os leitores se identificassem conosco neste momento, quando nos vemos com a possibilidade de fazer crescer, expandir e comunicar esta vivência de integração.

Ao escrever este depoimento, vou me lembrando da professora Malvina e de sua equipe, os representantes das Unidades de Ensino, professoras Ilma e Maria do Carmo...

Foi assim que, ao terminar este parágrafo, e pensando nas pessoas que nos acompanham, "surgiu" a poesia que escrevi e aqui segue. É uma homenagem a todos nós e, em especial, às crianças brasileiras que não podem esperar muito mais por um "solo fértil para crescerem".

INFÂNCIA BRASILEIRA

*Espírito de criança
Pitangueira no quintal
Sempre a nos rodear:
Queremos multiplicar;
Pitanga doce, vermelhinha
Juntamos as sementinhas,
só no pé vai encontrar".
E corremos pra semear:
Germinação vai se dando,
Até que acontece um dia
E não podemos enxergar;
Veremos plantinhas aqui, acolá
Parece tempo tão longo;
Na terra se descobrem os caules
E que estamos a esperar:
Que se lancem no ar!
Pequenas folhas, verdinhas,
Brotam por todo o lugar:
Revelam raízes e rumos
Que aprendemos a cuidar ...*

Regina Guimarães
19.6.94

UNIRIO
Biblioteca

* Professora Adjunto do Departamento de Ciências Fisiológicas
do Instituto Biomédico

(4) Professora do Departamento de Ciências Morfológicas do
Instituto Biomédico

UNIVERSIDADE, PARTICIPAÇÃO POPULAR E O SISTEMA DE SAÚDE NO BRASIL

TELMA MARIA DE SOUZA GEOVANINI ONOFRE *

O direito à saúde transcende o texto consitituicional, porque é, antes de tudo, responsabilidade do poder público adotar uma política coerente, que garanta aos cidadãos condições dignas de vida e acesso universal e igualitário às ações e serviços em todos os níveis. Para isso, faz-se necessário assegurar o controle e a participação efetiva da sociedade nos núcleos decisórios, através das instituições representativas e instâncias colegiadas, possibilitando sua influência no processo de formulação, organização, gestão e avaliação das políticas sociais e econômicas do país.

Para que o direito à saúde seja conquistado pela população em suas lutas cotidianas, é importante que haja intensificação do movimento de mobilização popular, rumo ao exercício efetivo do poder e plena cidadania.

A ampliação dos espaços para intervenção política da sociedade nas questões de saúde depende da correlação de forças envolvidas e do acesso que a sociedade tenha às informações que lhe são necessárias para exercer efetivo controle social a fim de pressionar o Estado na direção da execução da política de saúde proposta na nova Constituição Federal.

É importante que a Universidade se engaje na política sanitária do país, através da introdução de novas formas de difusão do conhecimento da ação, da investigação e da participação no processo de educação popular e integração comunitária.

Cabe à Universidade, através de seus programas de Extensão, articular-se com a população, de modo a possibilitar uma reorientação do Ensino e Pesquisa no sentido das reais demandas da comunidade.

É necessário que a Universidade se auto-avalie se reestruture e que o governo priorize tanto a saúde quanto a educação no país, permitindo que esta funcione como instrumento de desenvolvimento social, científico e tecnológico. Nesse sentido, deve a escola constituir-se em local de formação da verdadeira massa crítica da sociedade brasileira.

Uma nova ordem na formação de recursos humanos e a integração da Universidade ao sistema de saúde devem ser implementadas, bem como a criação e produção do nosso próprio conhecimento precisam ser ampliadas. Isto passa, necessariamente, pela reformulação curricular na área de saúde.

A participação comunitária constitui o eixo central de uma política de saúde que leva em consideração a intervenção consciente da comunidade nas diversas etapas do processo e nas ações correspondentes, possibilitando a determinação de prioridades e a execução de propostas concretas de mudança. A Universidade deve partir da premissa básica de que só através de uma forte ligação com a comunidade na qual se encontra inserida, é que as funções de ensino, pesquisa e extensão alcançarão uma dimensão realista e efetiva, estreitando as relações entre conhecimento científico e saber popular.

Por seu compromisso intrínseco com o desenvolvimento tecnológico, político e social do país, devem as Universidades, em especial a Universidade Pública, aprofundar o processo de rediscussão do perfil do profissional de saúde que está formando, resgatando a importância do relacionamento pessoal e social humanizado como os usuários dos serviços e propondo uma nova prática profissional, coerente com as demandas e necessidades da população brasileira.

“O direito à saúde transcende o texto constitucional, porque é, antes de tudo, responsabilidade do poder público”

Compete à Universidade, portanto, comprometer-se com a realidade sanitária do país, unindo-se aos anseios populares, participando no controle das ações de saúde juntamente como a sociedade civil organizada, implementando formas de luta conjunta e possibilitando uma correlação de forças que atue positivamente no conjunto do setor público, em todas as esferas. Com isso, haverá o favorecimento das conquistas populares e a Universidade reforçará além de sua própria identidade perante a população, o seu compromisso com a sociedade como um todo.

Apesar de a estrutura universitária brasileira apresentar limitações para tomar realidade estas formas de trabalho, existe um autêntico desejo de que nosso povo alcance um nível de saúde que lhe permita levar uma vida social e economicamente produtiva. Para isso, havemos de lutar e empreender esforços para o alcance dessas metas.

** Professora Adjunto de Departamento de Enfermagem Materno-Infantil (Escola de Enfermagem Alfredo Pinto - UNI-RIO)*

LEI DO DIREITO AUTORAL

Todos os direitos reservados e protegidos
pela Lei 9.610/1998.

Este arquivo não pode ser reproduzido ou
transmitido sejam quais forem os meios
empregados: eletrônicos, mecânicos,
fotográficos ou quaisquer outros.



INTEGRAÇÃO DA UNESP COM A SOCIEDADE

JOSÉ VAGNER OLIVA *

ROSELI APARECIDA DA SILVA BORTOLOTO **

As Universidades Brasileiras terão de vencer uma série de desafios na década de 90 para chegarem ao próximo século em condições de continuarem a ser a vanguarda cultural, científica e tecnológica do País e, deste modo, servirem de maneira adequada a sociedade que a mantém.

Uma das formas para vencer esses desafios está no aumento da cooperação com a comunidade externa. Apesar da complexidade da relação, através da interação com o setor produtivo que se pode aumentar significativamente a contribuição para o desenvolvimento da Universidade e da Sociedade. Dentro desse cenário, a Universidade Estadual Paulista-UNESP, por intermédio de sua Pró-Reitoria de Extensão Universitária e Assuntos Comunitários PROEX, lançou o Projeto "Rede UNESP de difusão da Ciência e da Tecnologia-RDCT" que integra o Programa UNESP de difusão da Ciência e da Tecnologia-PDCT.

A PROEX adotou, como base para o entendimento de seu Plano de Ação, o conceito de "extensão" como sendo o processo que, articulado de forma indissociável com o ensino e a pesquisa, viabiliza o intercâmbio permanente com a sociedade, sobretudo pela difusão de sua produção acadêmica.

"As Universidades Brasileiras terão de vencer uma série de desafios"

Nesse sentido, a RDCT, como um conjunto de pontos de encontro das ofertas de conhecimentos da UNESP e das demandas da comunidade externa, possui como objetivos:

- ✓ divulgar no meio externo o potencial de oferta da UNESP, em consonância com as demandas constatadas, e, no meio interno, as demandas da comunidade externa, visando a incentivar e direcionar adequadamente o potencial da UNESP;

- ✓ normatizar os procedimentos para a comercialização de tecnologias e produtos e para a prestação de serviços, tendo-se sempre como referência o caráter de extensão para esses procedimentos;
- ✓ prestar assessoria aos pesquisadores/professores, quando da transferência de tecnologia, produtos e de prestação de serviços;
- ✓ cooperar na identificação de parceiros, de fontes de financiamento e de mecanismos de incentivo ao desenvolvimento tecnológico, especialmente aqueles previstos na Lei Federal 8661/93 de Incentivos Financeiros para a capacitação tecnológica da Indústria e da Agropecuária.

A RDCT articula e integra 24 Unidades Universitárias, 07 Unidades Complementares e 02 Campus Avançados da UNESP, Além de 07 Faculdades de Tecnologia do Centro Estadual de Educação Tecnológica "Paula Souza"- CEETPS, em 24 municípios, abrangendo todas as regiões administrativas do Estado de São Paulo, colocando à disposição do País 3500 docentes e pesquisadores da UNESP e 500 do CEETPS, visando agregar valores ao desenvolvimento econômico, social, cultural, científico e tecnológico da Sociedade.

Com a Rede UNESP, muitas empresas poderão melhorar a qualidade de seus produtos, processos e serviços, ter informações e contrapartidas concretas na área de pesquisa científica e de tecnologia, alcançar normas de qualidade e desenvolver um ambiente propício para a interação com o setor acadêmico.

As células fundamentais da RDCT são seus escritórios regionais, localizados onde a UNESP possui suas Unidades Universitárias e Complementares, Campus Avançados e Faculdades de Tecnologia do CEETPS. Nesses escritórios e que se desenvolvem todas as fases técnicas de identificação, recepção, avaliação, formulação e desenvolvimento de projetos. O Escritório Geral da Rede, localizado na Capital do Estado de São Paulo, tem como função principal o apoio aos regionais, a veiculação de informações de seu banco de dados e demais atribuições de administração da Rede como um todo.

O Projeto RDCT parte de um processo em desenvolvimento contínuo na UNESP visando à institucionalização da interação UNESP-Comunidade, não sendo, portanto, "obra concluída", devendo, sobretudo, passar por avaliações permanentes em todas as instâncias para reforço ou para correção de sua rota.

Importa finalmente destacar e enfatizar que a UNESP visa, no seu âmbito de atuação, promover de modo organizado e sistemático a transferência de conhecimentos científicos e tecnológicos da Universidade para a Empresa, num modelo de cooperação comum nas mais desenvolvidas economias.

* *Pró-Reitor de Extensão e Assuntos Comunitários da Universidade Estadual Paulista - UNESP.*

** *Assistente Técnico de Direção junto à PROEX/UNESP.*

LEI DO DIREITO AUTOPAL
Todos os direitos reservados e protegidos
pela Lei 9.610/1998.
Este arquivo não pode ser reproduzido ou
transmitido sejam quais forem os meios
empregados: eletrônicos, mecânicos,
fotográficos ou quaisquer outros.



INTRODUÇÃO CRÍTICA AO PENSAMENTO MODERNO OCIDENTAL

ADILSON FLORENTINO DA SILVA *

Introdução Crítica ao Pensamento Moderno Ocidental é um curso de extensão em andamento, destinado aos alunos do curso de Museologia da UNI-RIO. Este curso parte da análise crítica do conceito de “crise” no contexto da cultura ocidental e de uma reflexão crítica da filosofia face às vicissitudes que a civilização ocidental viveu com as transformações da modernidade, bem como busca compreender a contribuição dos pensamentos de Kant, Hegel e Marx à filosofia contemporânea.

Consideramos dois pressupostos fundamentais que dão configuração a este curso:

1- Estamos atravessando um momento da história humana na qual se gesta um novo mundo em continuidade e descontinuidade com a modernidade.

2- O pensamento da modernidade ocidental ganha perfil em Kant, Hegel e Marx uma nova especificidade:

a) em Kant, a filosofia se caracteriza por uma vertente antropocêntrica como superação da ontologia tradicional, culminando na lógica transcendental;

b) Hegel realiza uma “revolução historiocêntrica” no pensamento ocidental, ao deslocar o centro do pensamento filosófico do sujeito para a história, na qual a filosofia se torna uma lógica especulativa;

c) com Marx, se coloca o problema de superação da filosofia que se enclausurou num mundo pleno, constituindo-se apenas numa parcela da totalidade do mundo, e se contrapõe ao mundo real; dessa contradição emerge para Marx a necessidade de mostrar dialeticamente uma nova totalidade que abrange tanto o mundo como a filosofia, cuja síntese é o campo da práxis.

A elaboração deste curso tem uma intenção e uma direção definidas: possibilitar aos cursistas um instrumental teórico - filosófico para que possam refletir sobre a crise cultural em que estão submersos através da mediação dos pensamentos de Kant, Hegel e Marx.

Destarte, o ideário aqui representado tenta oferecer o desdobramento da ação filosófica pela via da elevação cultural dos alunos, partindo de suas experiências concretas em Museologia. Neste sentido, o referido curso foi elaborado com a perspectiva de subsidiar, de forma crítica, a formação do profissional de Museologia.

A exposição oral, as leituras de textos e livros e os debates são os procedimentos utilizados na realização deste curso e que efetivam as suas unidades constitutivas.

As questões fundamentais propostas pelo curso estão antecedidas por uma unidade introdutória sobre a formação do pensamento filosófico na Antiguidade Clássica, com

ênfase no conjunto de reflexões filosóficas desenvolvidas por Platão e Aristóteles.

A unidade seguinte coloca em cena o debate em torno do sentido da crise no mundo moderno. As preocupações com o estudo dos problemas relacionados à denominada “modernidade” encontram um terreno sólido e fértil no campo das artes, filosofia e das ciências humanas e sociais. Tais preocupações se tornam compreensíveis, porque a análise da modernidade significa o exame de uma cultura em crise, crise cultural de caráter multifacetado e que, contraditoriamente, se apresenta como um aspecto de transformação da condição epocal do homem num mundo posto em questão. O nosso olhar para o problema em discussão privilegia os estudos de Habermas sobre a consciência histórica da modernidade e o desafio de sua reconstrução pelo discurso filosófico.

*O que dá articulação ...
é a questão da
historicidade e a
preocupação de pensar
o homem ...”*

As demais unidades tratam, respectivamente, dos pensamentos de Kant, Hegel e Marx. No que diz respeito ao pensamento de Kant, partimos de algumas considerações sobre a crítica do conhecimento até o entendimento da filosofia transcendental como superação da ontologia tradicional. Já no que concerne a Hegel, partimos de sua crítica à filosofia transcendental moderna sob uma lógica especulativa que revela a filosofia como atividade articuladora do sentido imanente da história. Partindo da crítica ao “Estado Burguês”, a unidade referente ao pensamento de Marx busca na crítica a dialética hegeliana os elementos de contradição, cujo momento de síntese é a produção de uma filosofia da práxis, ou seja, de uma filosofia que se produz historicamente, configurando a unidade do homem e do mundo enquanto parcelas da realidade social.

Este curso ainda se encontra em fase de realização, o que torna prematura qualquer tentativa de análise sobre seus resultados. Todavia, a temática que aqui se circunscreve abre a possibilidade de inserção de outros cursos no contexto desta Universidade.

** Professor Assistente do Departamento de Didática da UNI-RIO*

BIBLIOGRAFIA

- ARISTÓTELES. A política. S.P.: Martins Fontes, 1991.
- HARBERMAS, J. O discurso filosófico da modernidade. Lisboa: Dom Quixote, 1990.
- _____. Pensamento Pós-Metafísico. R.J.: Tempo Brasileiro, 1990.
- HEGEL, G. A razão da história. S.P.: Moraes, 1990.
- _____. Fenomenologia do Espírito. Petrópolis: Vozes, 1992.
- KANT, I. Crítica da razão pura. Lisboa: Calouste Gulbekian, 1978.
- MARX, K. Contribuição à crítica da economia política. S.P.: Martins Fontes, 1983.
- _____. A ideologia alemã: teses sobre Feuerbach. S.P.: Moraes, 1984.
- MARX, K. e ENGELS, F. Cartas filosóficas e o manifesto comunista de 1848. S.P.: Moraes, 1987.
- PLATÃO. A república. S.P.: Difel, 1973.

AOS COLABORADORES DE RAÍZES E RUMOS

- 1) **RAÍZES E RUMOS** - Revista de Extensão aceita trabalhos de interesse acadêmico e social, sob a forma de artigos, relatos com metodologia e técnicas definidas, comentários e estudos quer numa abordagem específica ao âmbito educacional, quer estabelecendo aproximações interdisciplinares com outras áreas de conhecimento.
- 2) A publicação dos textos está condicionada a parecer do Conselho Editorial, que poderá fazer uso de consultores, caso não disponha de especialista na área abordada, podendo, também, por ocasião da revisão do texto, modificá-lo na sua forma gramatical sem que perca a sua identidade.
- 3) O trabalho deverá ser apresentado com:
 - a) margens, sem emendas ou rasuras, digitados em espaço duplo em no máximo 5(cinco) laudas, em Editor de Textos compatível com o *Software* gráfico PageMaker 5.0 (Write ou Word, por exemplo). Devendo ser entregue em disquete 5 1/4" ou 3 1/2", para uso em microcomputador tipo PC.
 - b) os gráficos, tabelas, quadros, fotos ou mapas legíveis e confeccionados para sua reprodução direta em preto e branco, quando indispensáveis ao texto.
 - c) identificação do título e subtítulo, se houver, e nome(s) do(s) autor(es), sua maior titulação acadêmica, incluindo a unidade e instituição onde exerce o cargo ou função, indicando ainda, endereço e telefone para contato.
 - d) as citações, referências bibliográficas e notas de rodapé, de acordo com as normas da ABNT.
- 4) Com a publicação o autor receberá 3 (três) exemplares do número de **RAÍZES E RUMOS** no qual o trabalho foi publicado.
- 5) Os trabalhos aceitos serão considerados de responsabilidade exclusiva do(s) seu(s) autor(es).
- 6) Para o próximo número, os trabalhos devem ser remetidos a:

Editoria de **RAÍZES E RUMOS**
Departamento de Extensão - PRPGPqEx - Universidade do Rio de Janeiro - UNI-RIO
Av: Pasteur 458 - Urca / Rio de Janeiro - RJ / CEP: 22.290-240
Tel: (021) 275-9896 - FAX: (021) 541-9394

